Conjuntura RECURSOS HÍDRICOS Brasil

2025

Relatório Síntese

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Waldez Góes

Ministro

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Diretoria Colegiada

Ana Carolina Argolo (Diretora-Presidente interina)

Larissa Oliveira Rêgo

Cristiane Collet Battiston

Leonardo Góes Silva

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil 2025
Relatório Síntese

BRASÍLIA – DF
ANA
2026

© 2026, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Edifício Sede, Bloco M
CEP 70.610-200 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2109-5400 | (61) 2109-5252
Endereço eletrônico: www.gov.br/ana/pt-br

Comissão de Editoração

Joaquim Gondim (Coordenador)
Humberto Cardoso Gonçalves
Ana Paula Fioreze
Mateus Monteiro de Abreu (Secretário-Executivo)

Equipe Editorial

Supervisão editorial

Adalberto Meller
Ana Catarina Nogueira da Costa Silva
Bruna Craveiro de Sá e Mendonça
Diana Leite Cavalcanti
Marcela Ayub Brasil

Elaboração dos originais

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Revisão dos originais

Adalberto Meller
Ana Catarina Nogueira da Costa Silva
Ana Paula Fioreze
Bruna Craveiro de Sá e Mendonça
Diana Leite Cavalcanti
Marcela Ayub Brasil

Produção

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

Projeto gráfico, editoração, capa e infográficos

Vanessa da Silva Cardoso

Mapas temáticos

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

As ilustrações, tabelas e gráficos sem indicação de fonte foram elaborados pela ANA. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que citada a fonte. Esta versão da publicação apresenta ajustes em relação à versão lançada em 23 de março de 2026, referentes aos seguintes itens: (i) títulos e subtítulos dos mapas de Demanda Bioquímica de Oxigênio e Carbono Orgânico Total e de Coliformes Termotolerantes e *E. coli*, nas páginas 20 e 21; (ii) subtítulos dos mapas de Fósforo Total e Turbidez, nas páginas 20 e 21; e (iii) textos dos indicadores 6.a.1 e 6.b.1, na página 51.

Catalogação na fonte: CEDOC/Biblioteca

A265c Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Brasil).
Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2025 : relatório síntese / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. – Brasília : ANA, 2026.
55 p. : il.

1. Água - Gestão. 2. Bacias Hidrográficas - Brasil. 3. Água - Qualidade. I. Título.

CDU 556.04(81)

Elaborada por Fernanda Medeiros - CRB-1/1864

Equipe técnica e coordenação

Coordenação geral

Ana Paula Fioreze
Tibério Magalhães Pinheiro

Coordenação executiva

Adalberto Meller
Ana Catarina Nogueira da Costa Silva
Bruna Craveiro de Sá e Mendonça
Diana Leite Cavalcanti
Marcela Ayub Brasil

Equipe técnica - colaboradores

Adriana Niemeyer Pires Ferreira
Agustin Justo Trigo
Alan Vaz Lopes
Aldir José Borelli
Alessandra Daibert Couri
Alexandre Abdalla Araujo
Alexandre de Amorim Teixeira
Alexandre L. de Figueiredo Teixeira
Aline Cristina Leal Costa da Silva
Ana Carolina Gozzer de Macedo Braz
Ana Lucia Lima Barros Dolabella
Ana Paula Montenegro Generino
André Antônio Horta de Paula
André Raymundo Pante
Anita Cristina Costa da Silva
Antonio Augusto Borges de Lima
Beatrice Kassar do Valle
Brandina de Amorim
Bruno Bernardo dos Santos
Bruno Collischonn
Carla Veiga Fernandes Lima
Carlos Eduardo Jeronymo
Carolina Arantes
Carolina Piana Serpa
Cássio Guilherme Rampinelli
Celina Maria Lopes Ferreira
Claudio Ritti Itaborahy
Consuelo Franco Marra
Cristiano Cária Guimarães Pereira
Daniel Izoton Santiago
Daniel Moreira Dias Batista
Danilo Almeida Paiva
Dhalton Luiz Tosetto Ventura
Diana Wahrendorff Engel
Diego Liz Pena
Edgar Gaya Banks Machado
Eliana Teles do Carmo
Eliane Meire de Souza Araujo
Elmar Andrade de Castro
Erik Cavalcanti e Silva
Fabiano Costa de Almeida
Fabricio Bueno da Fonseca Cardoso
Fabrício Vieira Alves
Ferdnando C. da Silva Albuquerque
Fernanda Abreu Oliveira de Souza
Fernando Roberto de Oliveira
Flávia Gomes de Barros
Flávia Simões Ferreira Rodrigues
Flávio José D Castro Filho
Francisco Diego C. de Andrade
Gaetan Serge Jean Dubois
Gean Amorim Fortes Carvalho
Geraldo José L. D. de Araújo Júnior
Giordano Bruno B. de Carvalho
Gonzalo Álvaro Vázquez Fernandez
Grace Benfica Matos
Helton França Carneiro
Henrique Pinheiro Veiga
Hilda Renck Teixeira
Iracema Aparecida Siqueira Freitas
Izabela Braga Neiva de Santana
Jacson Storch Dalfiore
Jair Gonçalves da Silva
Jane Fátima Fonteneles Fontana
Jeferson Matheus Gomes Oliveira
João Carlos Carvalho
João Isidio Freitas Martins
Joaquim G. Corrêa Gondim Filho
José Ferreira Silva
José Luiz Gomes Zoby
Josimar Alves de Oliveira
Juliana Dias Lopes
Klaus Reitz
Laízy de Santana Azevedo BarbosaLaura Tillmann Viana
Leandro Mendes da Silva
Leny Simone Tavares Mendonça
Leonardo Carlos Barbosa
Leonardo Julian Rodrigues Klosovski
Leonardo Peres Araújo Piau
Letícia Lemos de Moraes
Luana Kessia Lucas Alves Martins
Lucas Couto de Queiroz
Luciana Aparecida Zago de Andrade
Luciano Nobrega Rodrigues Xavier
Luiz Henrique Amorim Moura
Luiz Henrique Pinheiro Silva
Marcelo Jorge Medeiros
Marcelo Luiz de Souza
Marcelo Pires da Costa
Márcia Tereza Pantoja Gaspar
Márcio de Araújo Silva
Marco Antônio Mota Amorim
Marco José Melo Neves
Marcos Airton de Sousa Freitas
Marcos Irineu Pufal
Marcus André Fuckner
Mariana Azevedo Godoy
Mariana Braga Coutinho
Mariana Rodrigues Lírio
Mariane Moreira Ravanello
Márlon Crislei da Silva
Matheus Marinho de Faria
Maurrem Ramon Vieira
Mayara Rodrigues Lima
Nazareno Marques de Araújo
Othon Fialho de Oliveira
Patrick Thadeu Thomas
Priscila Monteiro Gonçalves
Priscyla Conti de Mesquita
Raísa Fernanda R. de Vasconcelos
Raphael Luiz Fonseca
Raquel Rubstem Sado
Raquel Scalia Alves Ferreira
Renata Rozendo Maranhão
Roberto Bruno Moreira Rebouças
Roberto Carneiro de Morais
Rodrigo Alexandre Ribeiro Ferreira
Rodrigo Cesar de Moraes Fonseca
Rogério de Abreu Menescal
Rosana Mendes Evangelista
Rubiana da Silva Fiorillo
Saulo Aires de Souza
Simone Vendruscolo
Taína Martins Magalhães
Tauana Monteiro Guedes dos Santos
Teresa Luisa Lima de Carvalho
Thiago Gil Barreto Barros
Thiago Henriques Fontenelle
Vitor da Silva Santos
Viviane dos Santos Brandão
Viviani Pineli Alves
Vivyanne Graça de Melo
Wagner Fernando da Silva
Walszon Terllizie Araújo Lopes
Wesley Gabrieli de Souza

Órgãos estaduais de meio ambiente e recursos hídricos

SEMA/AC, IMAC/AC, SEMA/AP, SEMA/AM, IPAAM/AM, SEMARH/AL, IMA/AL, INEMA/BA, SIHS/BA, SRH/CE, COGERH/CE, SEMACE/CE, ADASA/DF, SEMA/DF, CAESB/DF, AGERH/ES, IEMA/ES, SEMAD/GO, SEMA/MA, SEMA/MT, IMASUL/MS, IGAM/MG, SEMAS/PA, AESA/PB, SUDEMA/PB, SRHS/PE, CPRH/PE, APAC/PE, SEDEST/PR, IAT/PR, SEMARH/PI, INEA/RJ, SEMARH/RN, IGARN/RN, SEMA/RS, FEPAM/RS, SEDAM/RO, FEMARH/RR, SEMAE/SC, SEMIL/SP, CETESB/SP, SP ÁGUAS/SP, SEMAC/SE, NATURATINS/TO, SEMARH/TO

Sumário



APRESENTAÇÃO 07

1. O CONJUNTURA 09

2. QUANTIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA 11

3. USOS DA ÁGUA 22

4. BALANÇO HÍDRICO 24

5. ÁGUA E CLIMA 25

6. GESTÃO E GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS 33

7. AÇÕES PARA GESTÃO E GOVERNANÇA 48

8. SEGURANÇA HÍDRICA 52

9. AVANÇOS E DESAFIOS 54

Apresentação

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) apresenta o ***Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2025 - Relatório Síntese***. Esta publicação reúne, de forma concisa, os principais destaques do **Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil 2025 - Relatório Pleno**, oferecendo uma visão integrada e objetiva dos temas mais relevantes relacionados à gestão e regulação dos recursos hídricos.

Os temas abordados no Relatório Síntese podem ser encontrados de forma mais aprofundada no Relatório Pleno 2025, que é a principal referência para o acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos no país. O Relatório Pleno contempla indicadores e análises sobre a quantidade e a qualidade da água, os diversos usos, a gestão e a regulação, bem como os eventos críticos que impactam a segurança hídrica.

Além de sistematizar informações em escala nacional, permite a leitura integrada das dinâmicas regionais, evidenciando vulnerabilidades e tendências que influenciam a disponibilidade e o uso da água no país. Essa abordagem favorece a identificação de áreas prioritárias para a atuação do poder público e o aprimoramento das políticas de gestão dos recursos hídricos.

A gestão eficiente e participativa dos recursos hídricos é um desafio contínuo, especialmente diante de fatores como a mudança do clima, o crescimento populacional, a expansão das atividades econômicas e a necessidade de garantir a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. Nesse contexto, o Conjuntura dos Recursos Hídricos 2025 - Relatório Pleno e seu Relatório Síntese reafirmam o compromisso institucional da ANA com a transparência, a produção e a disseminação de informações qualificadas para toda a sociedade.

O Conjuntura se apresenta como um instrumento de apoio ao diálogo entre os diferentes atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), contribuindo para o fortalecimento da governança das águas e para a construção de soluções compartilhadas frente aos desafios atuais e futuros da segurança hídrica no Brasil.

Ademais, os relatórios plenos do Conjuntura constituem o instrumento de atualização do Diagnóstico e Prognóstico do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2022-2040), assegurando a coerência entre o monitoramento da situação dos recursos hídricos e o planejamento estratégico do setor.

As informações e análises apresentadas no Conjuntura são decorrentes do esforço colaborativo entre a ANA e uma extensa rede de parceiros institucionais, incluindo órgãos gestores estaduais e distrital, instituições federais, entidades da sociedade civil e do setor produtivo.

Por meio deste Relatório Síntese, a ANA apresenta os números, informações e constatações mais importantes do Conjuntura 2025 e convida gestores, organizações e cidadãos a aprofundar o conhecimento disponível na versão completa, em formato digital e interativo, que pode ser acessada em: https://conjuntura2025.ana.gov.br/.

Diretoria Colegiada

1. O Conjuntura

O **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**, elaborado anualmente pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), é a principal referência para o acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos no país. O relatório subsidia a gestão e a tomada de decisão no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e é construído de forma colaborativa, a partir da contribuição de uma ampla rede de parceiros institucionais.

Em 2025, iniciou-se um novo ciclo com a elaboração do Relatório Pleno Conjuntura dos Recursos Hídricos, apresentado exclusivamente em formato digital, disponível em: https://conjuntura2025.ana.gov.br/. Esse novo formato busca tornar o Conjuntura mais dinâmico, acessível e atrativo, facilitando a compreensão dos dados e fortalecendo seu papel como instrumento de apoio à tomada de decisão.



Divisão do território

A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do SINGREH. O Conjuntura apresenta suas informações considerando os recortes territoriais por Regiões Hidrográficas (12 RHs) e Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (47 UGRHs de bacias hidrográficas de abrangência interestadual, e 17 UGRHs de bacias estaduais), complementados pela apresentação de informações segundo a divisão político-administrativa, que compreende as regiões geográficas, as Unidades da Federação (UFs) e os municípios brasileiros.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/#explore

Regiões Hidrográficas e Unidades de Gestão de Recursos Hídricos

O Brasil dividido em bacias, sub-bacias e agrupamentos de bacias

Regiões Hidrográficas



UGRHs



2. Quantidade e Qualidade de Água

Quanto à dinâmica da água no Brasil, as principais entradas correspondem à chuva sobre todo território e às vazões procedentes de outros países na Bacia Amazônica. Parte dessa água é consumida pelas diferentes atividades econômicas, outra parte retorna ao ambiente e o restante sai do território para o Oceano Atlântico ou para países vizinhos na Bacia do Prata, pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. A porção que infiltra no solo recarrega as águas subterrâneas e a que escoa na superfície alimenta os rios e córregos.

Monitoramento hidrológico

O monitoramento hidrológico desempenha papel fundamental ao fornecer, de forma contínua, dados sobre a quantidade e a qualidade das águas superficiais e subterrâneas em todo o território nacional. A Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), coordenada pela ANA, é um dos principais instrumentos de monitoramento das condições hidrológicas e meteorológicas no Brasil, com dados disponibilizados ao público por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos **(SNIRH)**.

https://www.snirh.gov.br/

ENTRADAS E SAÍDAS DE ÁGUA NO BRASIL EM NÚMEROS (2024):

PRECIPITAÇÃO TOTAL

13,3 trilhões de m³
sob a forma de chuva no território brasileiro

EVAPOTRANSPIRAÇÃO

8,72 trilhões de m³
retornaram à atmosfera

ESCOAMENTO NOS RIOS EM TERRITÓRIO NACIONAL

~7 trilhões de m³
escoaram em rios no território nacional

2,1 trilhões de m³
provenientes de rios de outros países na Amazônia

SAÍDA DE ÁGUA DO BRASIL POR RIOS

6,4 trilhões de m³
escoaram dos rios para o mar

584 bilhões de m³
escoaram para outros países.

OUTROS NÚMEROS

Reservatórios monitorados diariamente no Nordeste e Semiárido

355 (Dados transmitidos via aplicativo **HidroObserva**)

Estações virtuais via satélite:

229 para monitoramento de **nível.**

77 para monitoramento da **qualidade da água**

ESTAÇÕES GERENCIADAS DIRETAMENTE PELA ANA

4.755

2.851
estações pluviométricas

1.904
estações fluviométricas

1.423
com medição de vazão (descarga líquida)

477
monitoram qualidade da água

446
medem sedimentos em suspensão (descarga sólida)

ESTAÇÕES AUTOMÁTICAS EM OPERAÇÃO NA RHN

3.848

707
sob responsabilidade da ANA

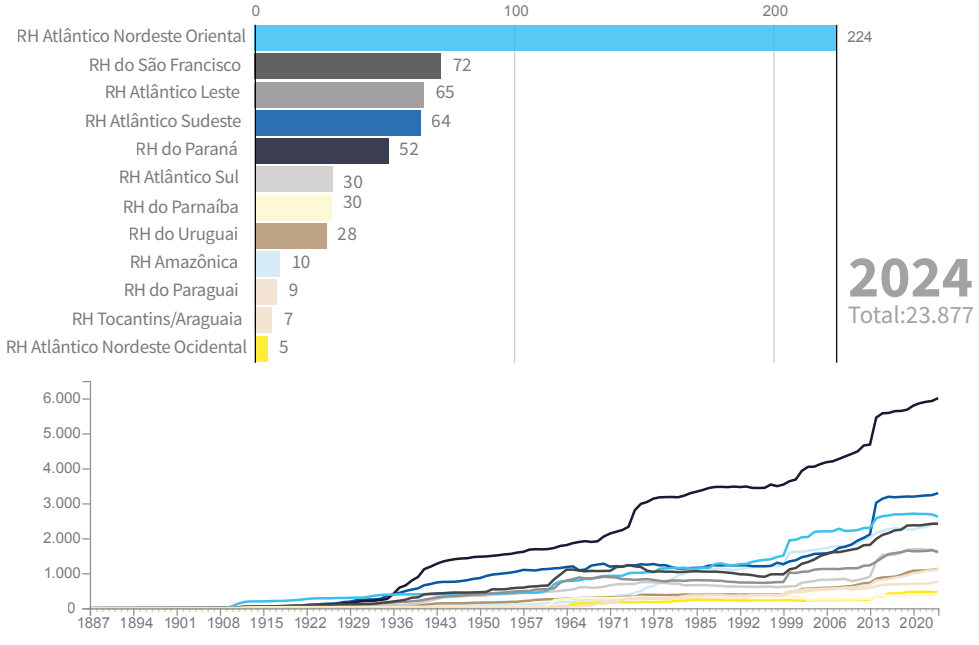
3.141
de órgãos parceiros

A RHN EM NÚMEROS (2024):

+de 23 mil
estações no país
sob responsabilidade de diversas entidades

Número de Estações por Região Hidrográfica

Evolução da Rede Hidrometeorológica Nacional



Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/quantidade-de-agua#Rede-nacional

Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR)

424 estações em operação

prioritárias para

- monitoramento de transferências interestaduais e internacionais de água;
- resposta a inundações e estiagens;
- avaliação da disponibilidade hídrica em bacias estratégicas;
- identificação de tendências hidrológicas de longo prazo;
- apoio à análise da qualidade da água e à regulação do uso dos recursos hídricos.

A chuva é a grande fonte de água para o continente. A quantidade e a dinâmica de ocorrência ao longo do ano são variáveis no território.

A CHUVA EM NÚMEROS:

Precipitação média anual no Brasil

~1.700 mm

Variação regional da precipitação

< 500 mm/ano no Semiárido

> 3.000 mm/ano na Amazônia

O Brasil apresenta, de forma geral, uma expressiva disponibilidade hídrica, o que confere ao país uma condição estratégica. Essa abundância é heterogênea, tanto espacial quanto temporalmente. A avaliação da disponibilidade hídrica é feita pela vazão média dos rios e pela vazão de estiagem, representada pela Q_{95}, que é utilizada como principal indicador de disponibilidade hídrica.

A DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUPERFICIAL EM NÚMEROS:

Vazão média no território brasileiro

~250 mil m³/s

Concentração na bacia Amazônica:

~80%

da vazão média total

Q_{95} NO BRASIL:

~75 mil m³/s

VARIAÇÃO DA Q_{95}

~63 mil m³/s

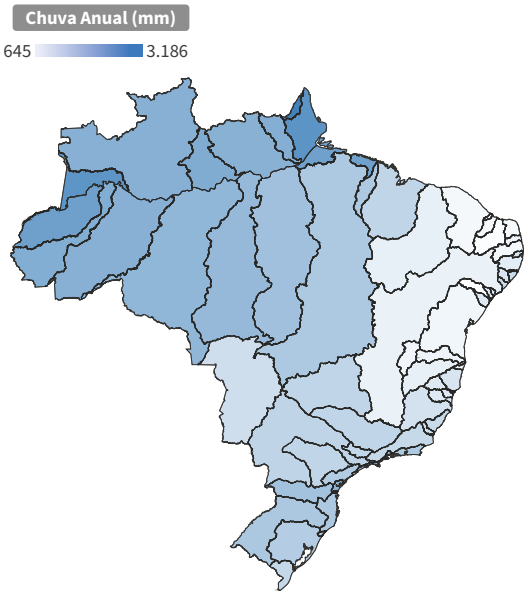
na foz da bacia Amazônica

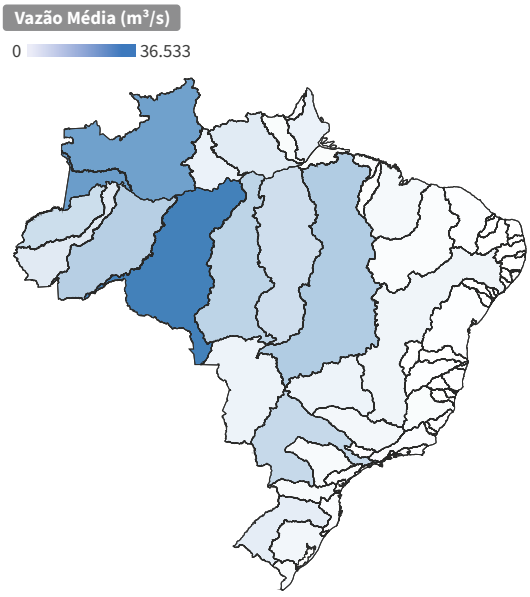
~11,5 mil m³/s

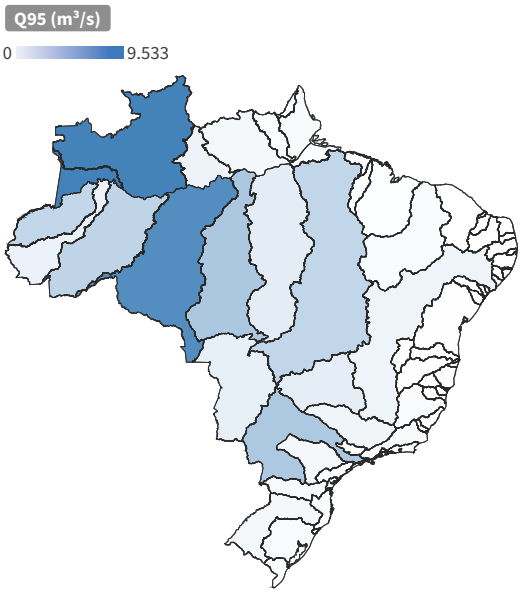
nas demais bacias

Estatísticas de Chuvas e Vazões

Por URGH







*Para as UGRHs Paraná e São Francisco, o cálculo da vazão média e da Q95 considera a contribuição das unidades localizadas a montante: UGRHs Paranaíba, Grande, PCJ e Paranapanema no caso da UGRH Paraná; e a UGRH Verde Grande no caso da UGRH São Francisco.

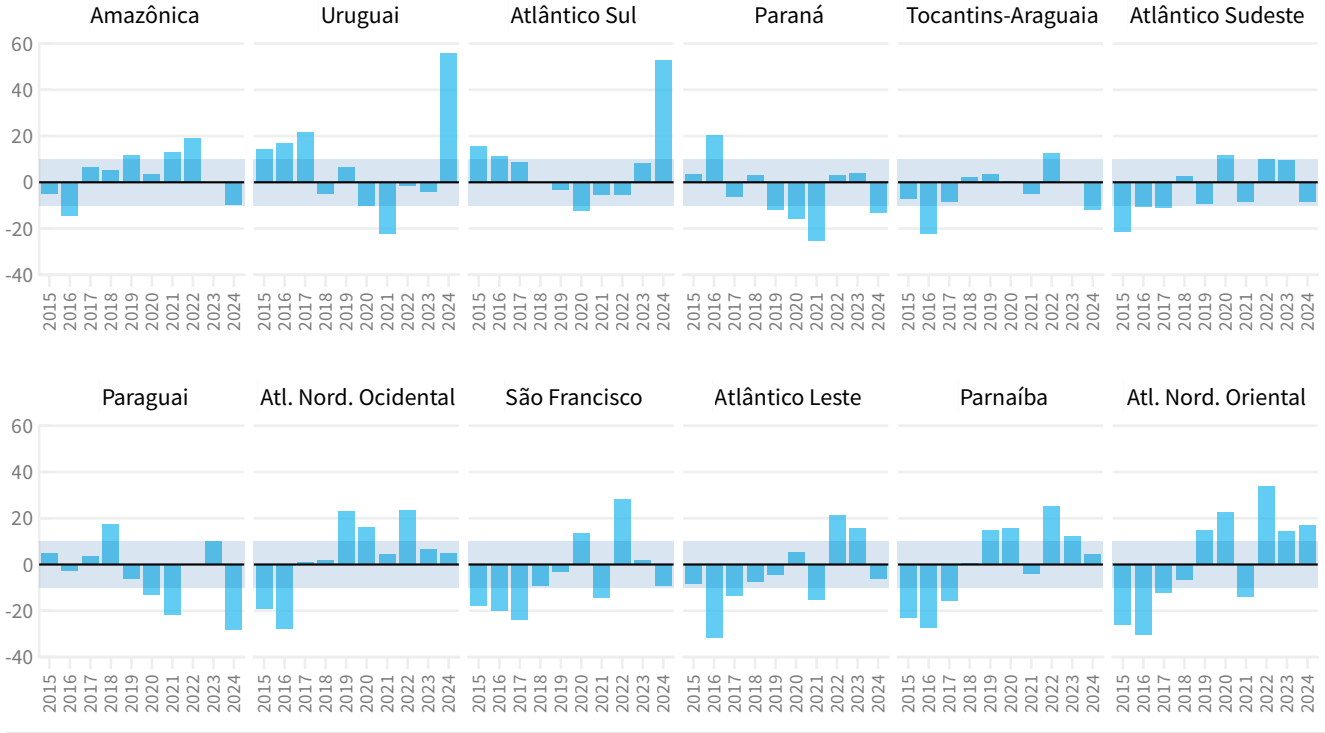
Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/quantidade-de-agua#aguas-superficiais

A análise dos dados de precipitação e vazão por ano hidrológico, ao longo da última década (2015-2024), revela um panorama de contrastes marcantes, caracterizado por ocorrências, tanto de secas severas quanto de eventos extremos de cheia. De modo geral, há a **prevalência de comportamento mais seco na última década, marcada por precipitações e vazões anuais abaixo das médias históricas em grande parte do território brasileiro**.

Chuvas Acumuladas nas Regiões Hidrográficas

Diferença em relação à média histórica, em %

Faixa de variação normal (-10% a 10%)



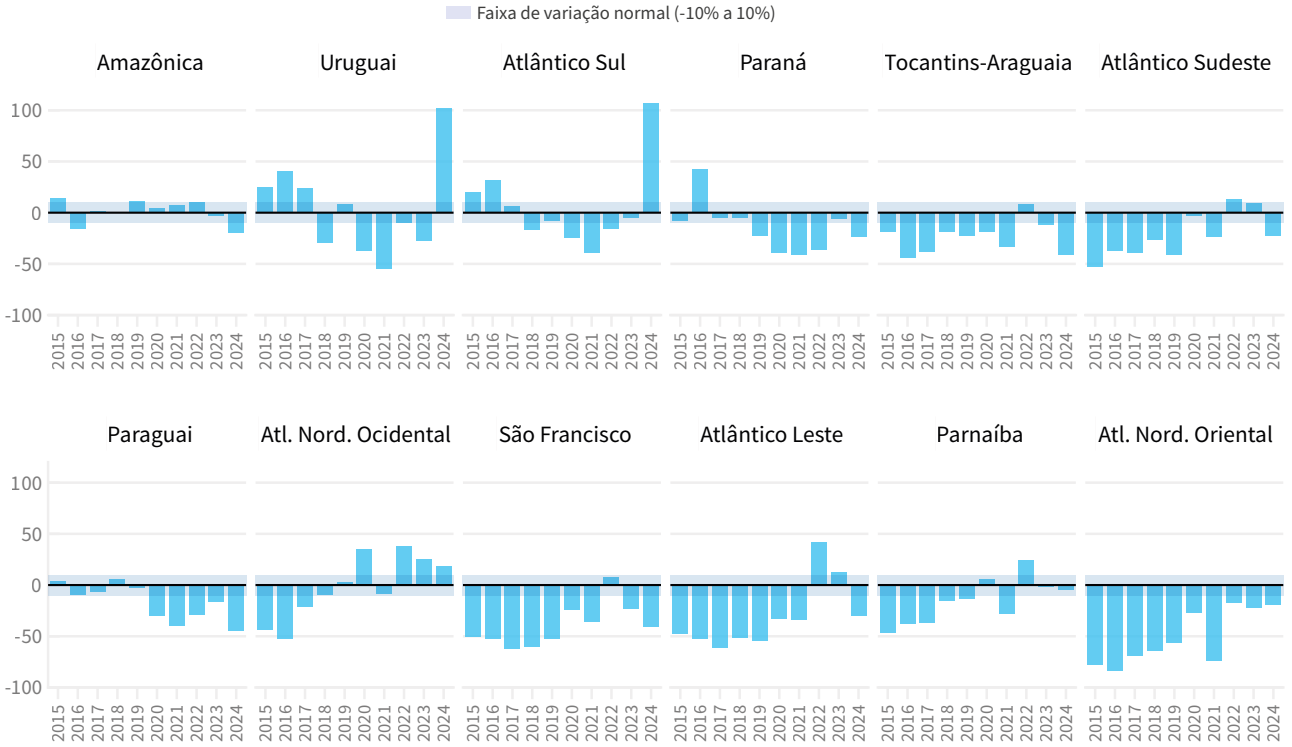
*As estatísticas consideram o ano hidrológico (out a set).

Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/quantidade-de-agua#comportament-chuvas-vazoes

Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/quantidade-de-agua#comportament-chuvas-vazoes

Vazões Médias nas Regiões Hidrográficas

Diferença em relação à média histórica, em %



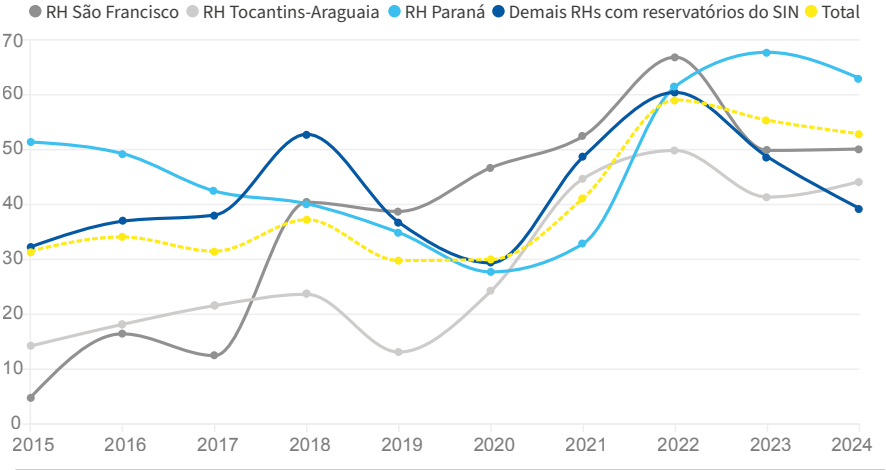
*As estatísticas consideram o ano hidrológico (out a set).

Acesse em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/7d054e5a-8cc9-403c-9f1a-085fd933610c

As variações de precipitação interanuais costumam ser maiores em regiões como o Semiárido do que no Sudeste do Brasil, por exemplo. Para amenizar os consequentes impactos da flutuação das vazões ao longo do tempo, são construídas obras de infraestrutura hídrica, com destaque para os reservatórios artificiais. A Base de Dados de Massas d'Água da ANA, publicada em 2020, mapeou as massas d'água naturais e artificiais do país, como lagos, reservatórios e trechos de rios, e está disponível no **SNIRH**.

Volume Armazenado nos Reservatórios do SIN

No final de dezembro de cada ano, em % do Volume Útil

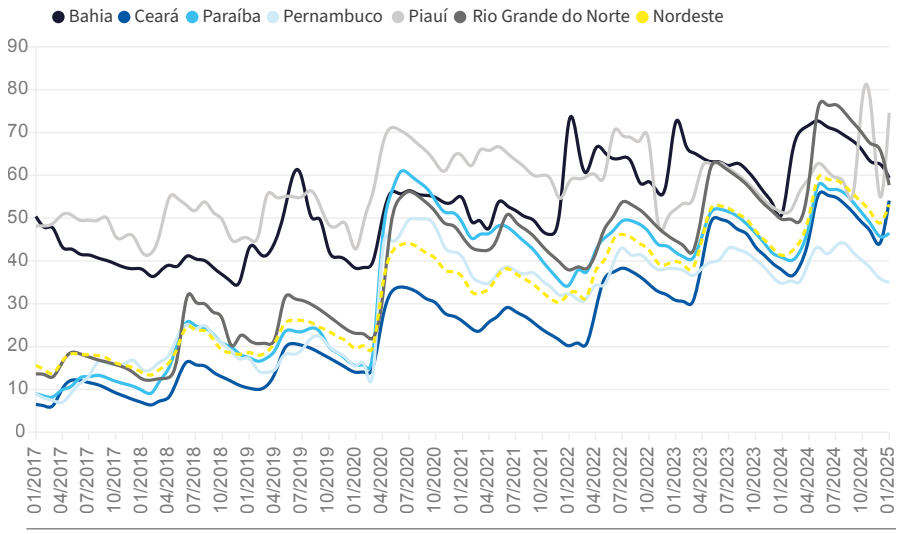


Dados do SAR para 06/2025.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/quantidade-de-agua#reservacao

Evolução do Volume Armazenado no Reservatório Equivalente do Nordeste

Em %, por UF



Dados do SAR para 06/2025.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/quantidade-de-agua#reservacao

AS MASSAS D'ÁGUA EM NÚMEROS:

Massas d'água mapeadas no país:

~240 mil

RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS COM DADOS DE CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO MAPEADOS:

3.661

Capacidade total de armazenamento mapeada:

630,2
bilhões de m³

Uso hidrelétrico:

92,7%
do volume total mapeado

SITUAÇÃO DA RESERVAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2024:

Volume útil dos Reservatórios do Sistema Interligado Nacional

53%
(55% em 2023)

Volume total armazenado no Reservatório Equivalente do Nordeste

53,2%
(+11,9% em relação ao início do ano e maior nível registrado desde 2017)

O monitoramento de águas subterrâneas no Brasil é ainda incipiente quando comparado ao das águas superficiais. Alguns estados como São Paulo, Ceará, Distrito Federal e Minas Gerais operam redes próprias, enquanto, nacionalmente, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) opera a **Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RIMAS)**. Ao final de 2024, a RIMAS contemplava 489 poços de monitoramento de nível. Considerando o conjunto das diversas redes existentes no país, foram inventariados 1.221 poços de monitoramento de nível de águas subterrâneas.

A **disponibilidade de água subterrânea** no Brasil, dada pela Reserva Potencial Explotável, é estimada em cerca de **13.000 m³/s**. A distribuição pelo território nacional não é uniforme e as características hidrogeológicas e de produtividade dos aquíferos são variáveis, ocorrendo regiões de escassez e outras com relativa abundância. Em 2024, estimou-se a existência de **3,5 milhões** de poços no Brasil, o que corresponde a uma retirada total de água subterrânea estimada de **3.397,7 m³/s**.

A **Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Água (RNQA)** faz parte da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) e constitui a principal fonte de dados de monitoramento da qualidade da água superficial no Brasil. A RNQA é operada pelas UFs com apoio técnico e financeiro da ANA no âmbito dos programas Qualiágua e Progestão.

Nos últimos anos, o quantitativo de pontos de monitoramento da RNQA aumentou significativamente, passando de **1.486, em 2016, para 2.983 pontos, em 2024**. Apesar da grande disponibilidade de dados coletados em diversos corpos hídricos ao longo do território, ainda há áreas sem informação.

A atuação direta da ANA no monitoramento da qualidade da água concentra-se na Região Hidrográfica Amazônica, onde persistem lacunas significativas no monitoramento realizado

pelos estados. Em 2024 observou-se uma redução de cerca de 64% no número de estações de monitoramento da qualidade da água operadas diretamente pela ANA em relação a 2023. Essa redução é resultado do processo de otimização da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) — voltado à integração de redes institucionais, à eliminação de sobreposições e ao aprimoramento do uso dos recursos.

Além dos parâmetros básicos que podem ser obtidos por meio de sondas multiparamétricas, na RNQA também é realizado o monitoramento de parâmetros de maior complexidade, que demandam coleta e análises laboratoriais.

Os principais **parâmetros** adotados para avaliar a qualidade das águas superficiais são oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), fósforo total (P), condutividade, turbidez e coliformes termotolerantes (CT).

A qualidade da água no Brasil é frequentemente comprometida por cargas de poluição orgânica, especialmente em rios que atravessam grandes centros urbanos, onde, entre 2021 e 2024, foram observados valores **médios de oxigênio dissolvido (OD) inferiores a 4 mg/L**, associados principalmente ao lançamento de esgotos domésticos e industriais não tratados.

O monitoramento do fósforo indica maiores concentrações médias em áreas urbanas densamente povoadas, em regiões de agricultura intensiva e no Nordeste, com destaque para os açudes do Semiárido, ambientes sensíveis à eutrofização, onde os valores médios frequentemente superam 0,05 mg/L. As análises de coliformes termotolerantes também evidenciam contaminação por esgotos, com concentrações acima de 1.000 NMP em grande parte dos pontos monitorados, reforçando a necessidade de ampliação do saneamento básico. Outros indicadores, como turbidez e condutividade, por exemplo, também são monitorados no âmbito da RNQA.

PARÂMETROS

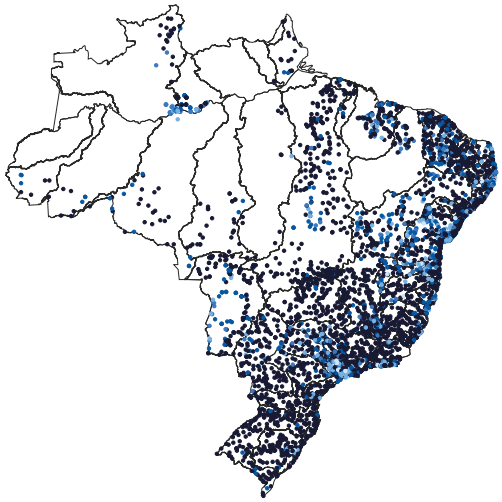
- **OD e DBO –** indicam a presença de carga de poluição orgânica, resultante, geralmente, do lançamento direto de esgoto doméstico e industrial não tratado nos corpos hídricos. A Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) apresenta comportamento inversamente proporcional ao Oxigênio Disponível (OD): **águas poluídas têm DBO mais alta e OD reduzido**.
- **Fósforo total –** indica o aporte de nutrientes por esgotos e atividades agrícolas.
- **Condutividade –** indica a quantidade de íons dissolvidos na água, como nutrientes, sais e minerais.
- **Turbidez –** indica a presença de partículas coloidais ou suspensas na água que dificultam a passagem da luz e reduzem sua transparência.
- **Coliformes –** indicam a contaminação por esgotos não tratados.

Oxigênio Dissolvido*

Dados de 2021 a 2024

*Menores valores indicam maior comprometimento da qualidade da água

0-2 mg/L 2-4 mg/L 4-5 mg/L 5-6 mg/L >6 mg/L



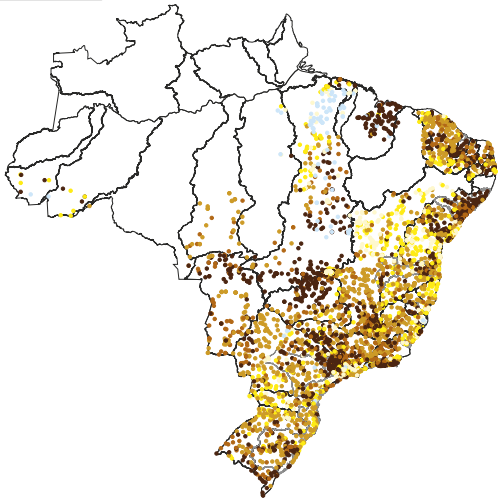
Fósforo Total*

Dados de 2021 a 2024

*Menores valores indicam menor comprometimento da qualidade da água

0-0,02 mg/L 0,02-0,03 mg/L 0,03-0,05 mg/L
0,05-0,10 mg/L 0,10-0,15 mg/L >0,15 mg/L

Lótico e Lêntico



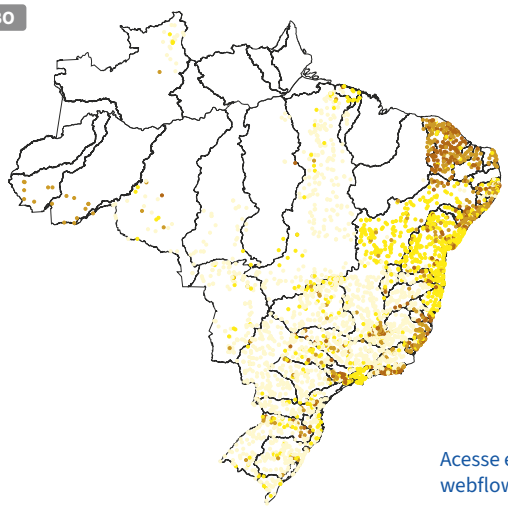
Demanda Bioquímica de Oxigênio e Carbono Orgânico Total*

Dados de 2021 a 2024

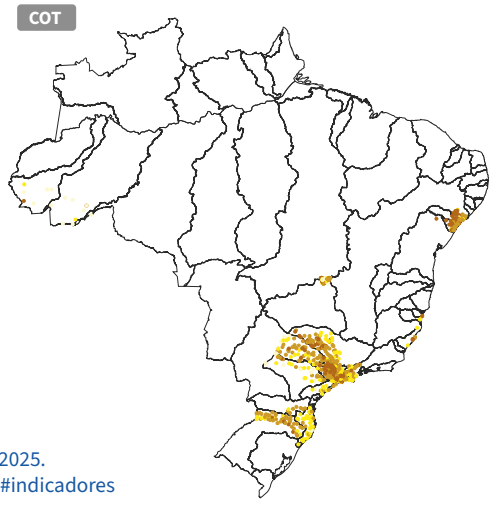
*Menores valores indicam menor comprometimento da qualidade da água

0-3 mg/L 3-5 mg/L 5-10 mg/L >10 mg/L

DBO



COT



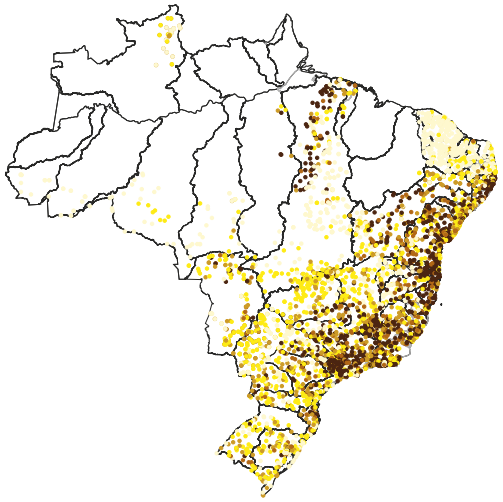
Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/qualidade-da-agua#indicadores

Coliformes Termotolerantes e *E. coli**

Dados de 2021 a 2024

*Menores valores indicam menor comprometimento da qualidade da água

0-200 NMP/100mL · 200-1000 NMP/100mL · 1000-2500 NMP/100mL · 2500-4000 NMP/100mL · >4000 NMP/100mL



Condutividade

Dados de 2021 a 2024

0-250 µS/cm · 250-500 µS/cm · 500-1000 µS/cm · 1000-3000 µS/cm · >3000 µS/cm

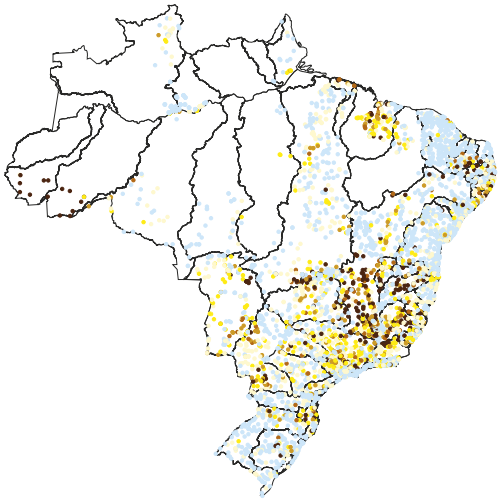


Turbidez*

Dados de 2021 a 2024

*Menores valores indicam menor comprometimento da qualidade da água

0-20 NTU · 20-40 NTU · 40-60 NTU · 60-80 NTU · 80-100 NTU · >100 NTU



Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/qualidade-da-agua#indicadores

3. Usos da Água

O USO DA ÁGUA EM NÚMEROS (2024):

RETIRADA TOTAL DE ÁGUA PARA USOS CONSUNTIVOS:

2.098,7 m^3/s

o que corresponde a

66,37 trilhões de litros/ano

AGRICULTURA IRRIGADA (MAIOR USO CONSUNTIVO):

1.056,30 m^3/s

50,3% da retirada total

USO TERMELÉTRICO

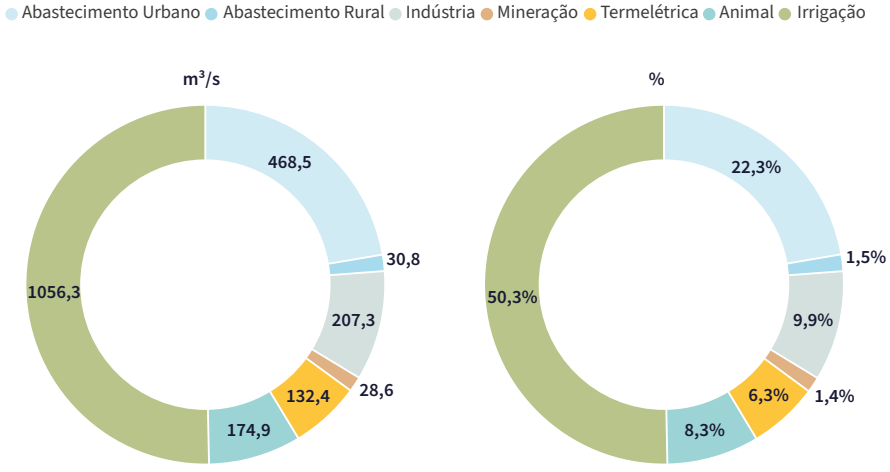
O uso para termelétricas se concentra nas regiões Sudeste, Norte e Sul, sendo estados de destaque nessas regiões: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Amazonas e Pará

A **Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água** consolida as estimativas dos principais usos setoriais da água no Brasil, refletindo a diversidade de atividades econômicas e sociais e as influências regionais, climáticas e produtivas sobre a distribuição das demandas hídricas.

Usos Consuntivos Setoriais

Em 2024

Retirada total dos usos setoriais: 2.098,7 $m^3/s \approx$ 66,37 trilhões de L/ano

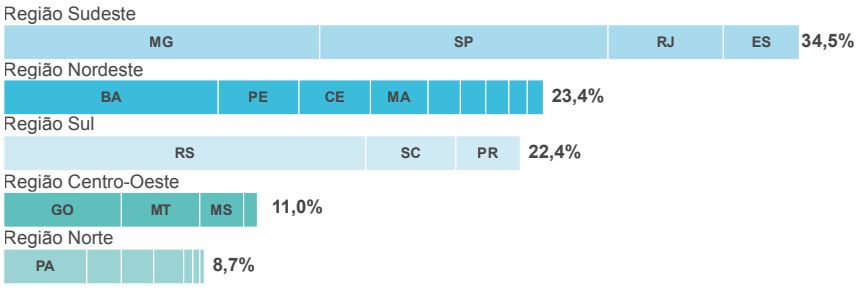


Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água

Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/usos-da-agua#contexto

Retirada de Água por Região Geográfica

Em 2024, em %



Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/usos-da-agua#ufs

RETIRADA DE ÁGUA PARA USOS CONSUNTIVOS NOS ESTADOS:

4 estados com maior retirada de água juntos somam **50%** da retirada total nacional

Rio Grande do Sul	(15,7%)
Minas Gerais	(13,7%)
São Paulo	(12,5%)
Bahia	(9,3%)

A agricultura irrigada é o uso que mais demanda água, concentrando-se principalmente nos estados:

Rio Grande do Sul	(26,3%)
Minas Gerais	(17,2%)
Bahia	(14%)

ABASTECIMENTO HUMANO

O segundo maior uso é o abastecimento humano, com

49%

da retirada de água concentrada na Região Sudeste

Em 2023,

40,3%

do volume de água potável produzido foi perdido na rede de distribuição de água

TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO DA DEMANDA:

Aumento projetado:

+1,207

trilhão de litros/ano até 2040

- **Fatores:** crescimento populacional, urbanização e expansão econômica
- Irrigação é o principal vetor de aumento da demanda até 2040

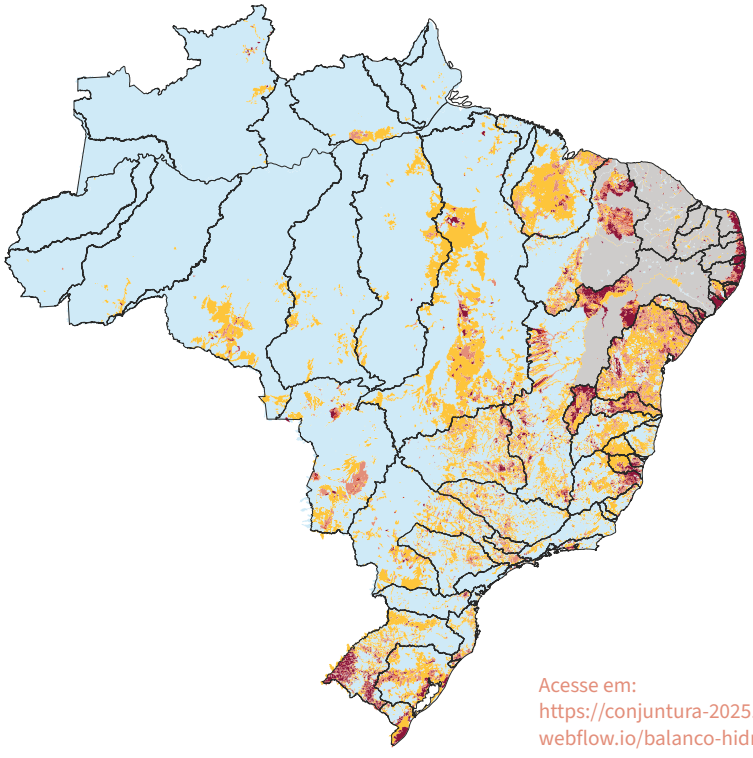
4. Balanço Hídrico

O **balanço hídrico** quantitativo é um indicador do **nível de comprometimento hídrico**, obtido pela comparação entre a demanda e a oferta de água. Embora a maior parte do território apresente baixos níveis de comprometimento (**abaixo de 5%**), as áreas críticas (**acima de 100%**) estão associadas, de modo geral, a polos de agricultura irrigada, com pressão crescente sobre os recursos hídricos disponíveis.

Balanço Hídrico por UGRH

Em 2024, por classe de comprometimento

Baixo Moderado Alto Muito Alto Crítico Intermitente



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/balanco-hidrico

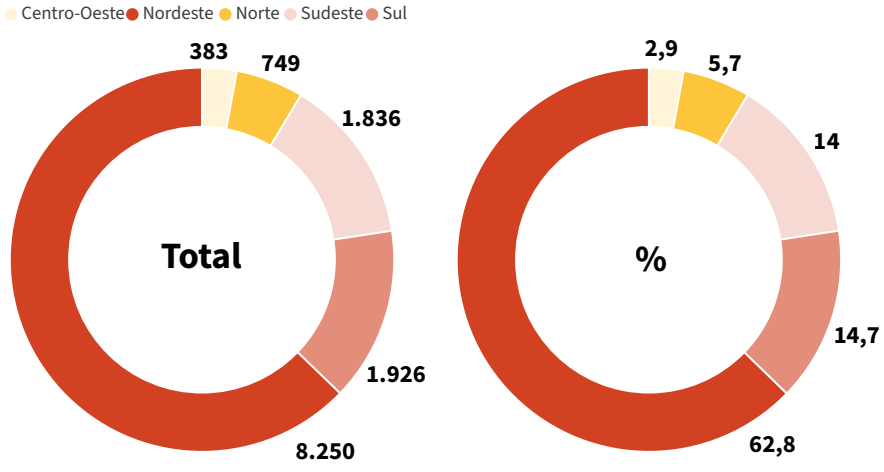
5. Água e Clima

A **interação entre água e clima** é fundamental para a compreensão dos desafios atuais da gestão dos recursos hídricos no Brasil. A mudança climática tem intensificado a ocorrência e magnitude de eventos hidrológicos extremos, como secas e inundações, ampliando riscos ao abastecimento de água, à produção agrícola, à segurança energética e à resiliência das populações vulneráveis.

Observa-se o aumento da frequência de ocorrência de secas na Região Sul, no período de 2020 a 2023, e na Região Norte, especialmente a partir de 2023. Esse comportamento evidencia que, **embora o Nordeste continue sendo a área mais atingida, as secas têm se manifestado de forma significativa em outras partes do território nacional**.

Eventos de Secas de 2015 a 2024

Número de Eventos por Região Geográfica



Fonte: MIDR
Atlas Digital de Desastres no Brasil

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#registos-secas

AS SECAS EM NÚMEROS (2015-2024):

EVENTOS DE SECAS

13.144
eventos com danos humanos

> 108 milhões
Pessoas afetadas

2017 ANO MAIS CRÍTICO DO PERÍODO:

19 milhões
de pessoas foram afetadas por secas

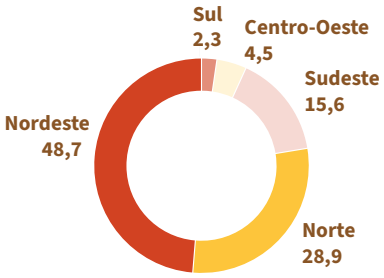
~9 milhões
acima da média do período 2015-2024

AS SECAS EM NÚMEROS (2024):

PESSOAS AFETADAS EM 2024:

> 10
milhões

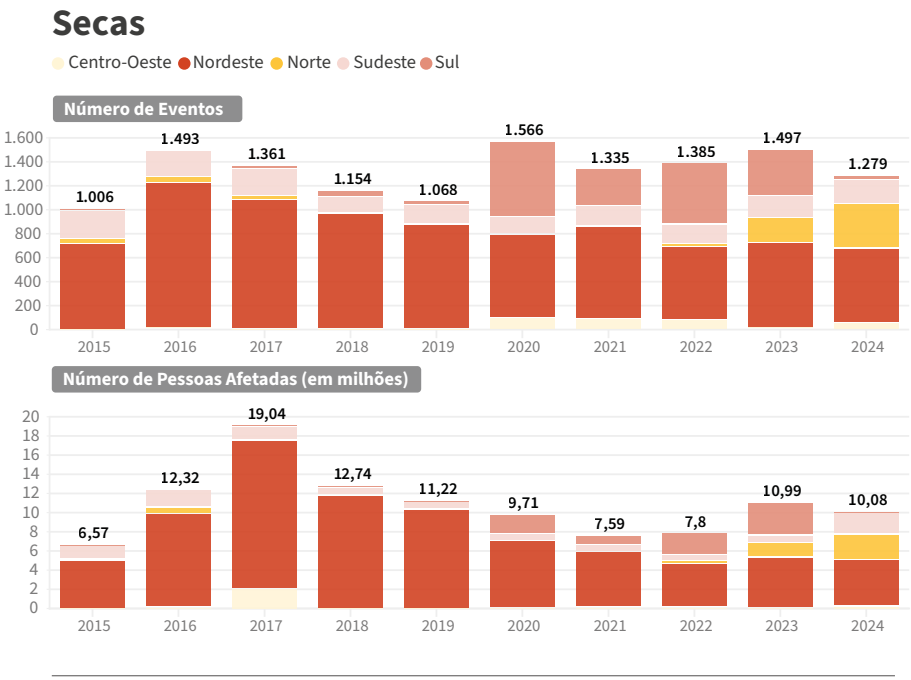
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS EVENTOS DE SECAS EM 2024 (%):



EVENTOS DE SECAS EM 2024:

1.279
eventos

O monitor pode ser acessado em:
https://monitordesecas.ana.gov.br/



Fonte: MIDR
Atlas Digital de Desastres no Brasil

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#registos-secas

O Monitor de Secas é um programa de abrangência nacional de **acompanhamento regular e periódico da situação da seca**, cujos resultados são divulgados por meio de mapas mensais nos quais se observam o surgimento, o desaparecimento, a evolução ou a regressão do fenômeno da seca nos estados e no Distrito Federal. **Em janeiro de 2024, o monitoramento passou a abranger todas as Unidades da Federação**.

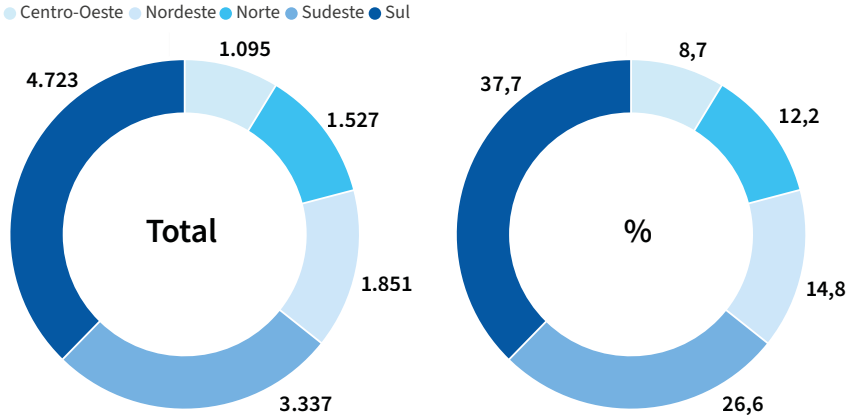
2022 ANO MAIS CRÍTICO EM RELAÇÃO A DANOS HUMANOS

~13 milhões
de pessoas afetadas

A partir de 2022, observa-se uma mudança de patamar no número de registros de cheias em comparação aos anos anteriores. No período de 2022 a 2024, o número médio de ocorrências foi 2,5 vezes maior que o observado entre 2015 e 2021, reunindo 51% dos eventos de cheias e 57% do total de pessoas afetadas na última década. Nesse período, destaca-se o aumento expressivo do número de cheias na **Região Sul**, especialmente em 2023 (1.171 eventos) e 2024 (807 eventos).

Eventos de Cheias de 2015 a 2024

Número de Eventos por Região Geográfica



Fonte: MIDR
Atlas Digital de Desastres no Brasil

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#registro-cheias

AS CHEIAS EM NÚMEROS (2015-2024):

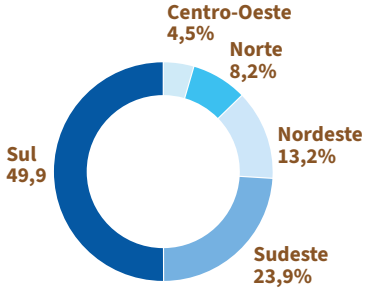
EVENTOS DE CHEIAS

12.533
eventos

PESSOAS AFETADAS

> 60 milhões

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CHEIAS EM 2024 (%):



AS CHEIAS EM NÚMEROS (2024):

EVENTOS DE CHEIAS EM 2024

1.616

PESSOAS AFETADAS EM 2024

> 11,95 milhões

A CHEIA DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL EM NÚMEROS:

MUNICÍPIOS ATINGIDOS

478 de 497

ÁREA INUNDADA

>15 mil km²

IMPACTOS HUMANOS

~2,4 milhões
de pessoas impactadas

183 mortes

27 pessoas desaparecidas

806 feridos

~146 mil
pessoas desalojadas

> 50 mil
pessoas desabrigadas

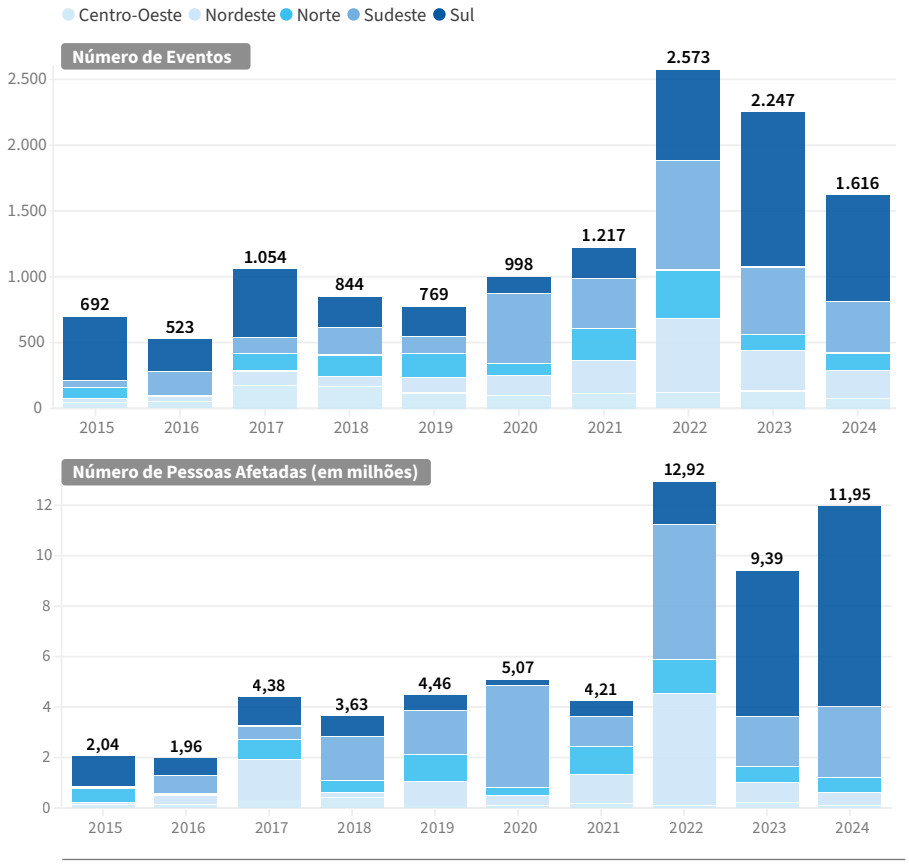
> 15 mil
casos registrados de leptospirose

IMPACTOS NA INFRAESTRUTURA

> 250 trechos de estradas comprometidos

140 pontes danificadas

Cheias



Fonte: MIDR
Atlas Digital de Desastres no Brasil

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#registro-cheias

Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou a maior catástrofe climática de sua história. As chuvas causaram rápida elevação no nível dos rios e inundações urbanas, resultando em destruição significativa e inundação persistente em grande parte do território. As cheias no Rio Grande do Sul causaram prejuízos bilionários à economia estadual, com perdas na agricultura, paralisação de indústrias, danos à infraestrutura e interrupção de serviços essenciais. O evento elevou o risco em grande parte das barragens, gerou volume extremo de resíduos sólidos, que dificultou a recuperação urbana, e resultou no fechamento do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, por cerca de seis meses.

As projeções do estudo **Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil**, elaborado pela ANA em 2024, indicam uma possibilidade de aumento geral da evapotranspiração potencial e a tendência de redução da precipitação e das vazões em **10** das **12 regiões hidrográficas brasileiras**, com exceção do Uruguai e Atlântico Sul. Reduções superiores a **30%** são projetadas para as regiões hidrográficas do Amazonas, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Oriental e São Francisco.

A análise setorial indica elevada vulnerabilidade: mais da metade **(51%)** das captações para abastecimento urbano e cerca de **62%** das captações para agricultura irrigada estão classificadas em risco emergencial ou crítico de escassez hídrica futura, reforçando a urgência de adaptação.

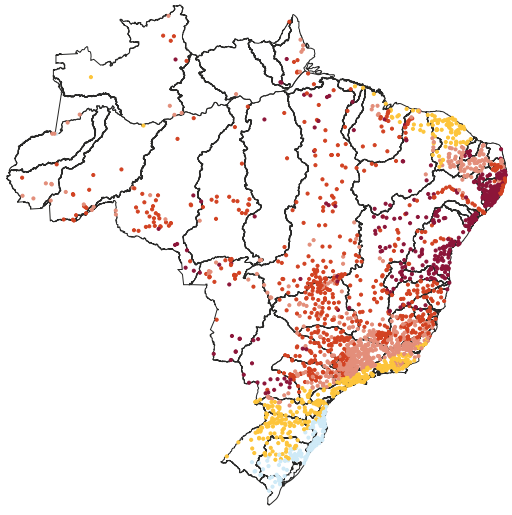
Impacto Potencial da Mudança do Clima na Disponibilidade Hídrica

No horizonte 2015-2040, por setor usuário

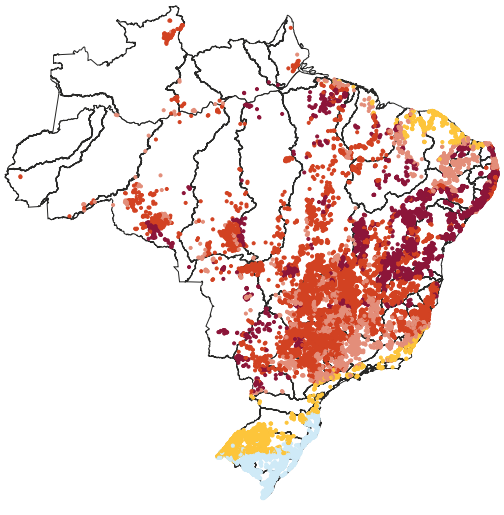
Não impacta · Cautela · Alerta · Crítica · Emergencial

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#impactos-usos

Abastecimento Urbano



Agricultura Irrigada

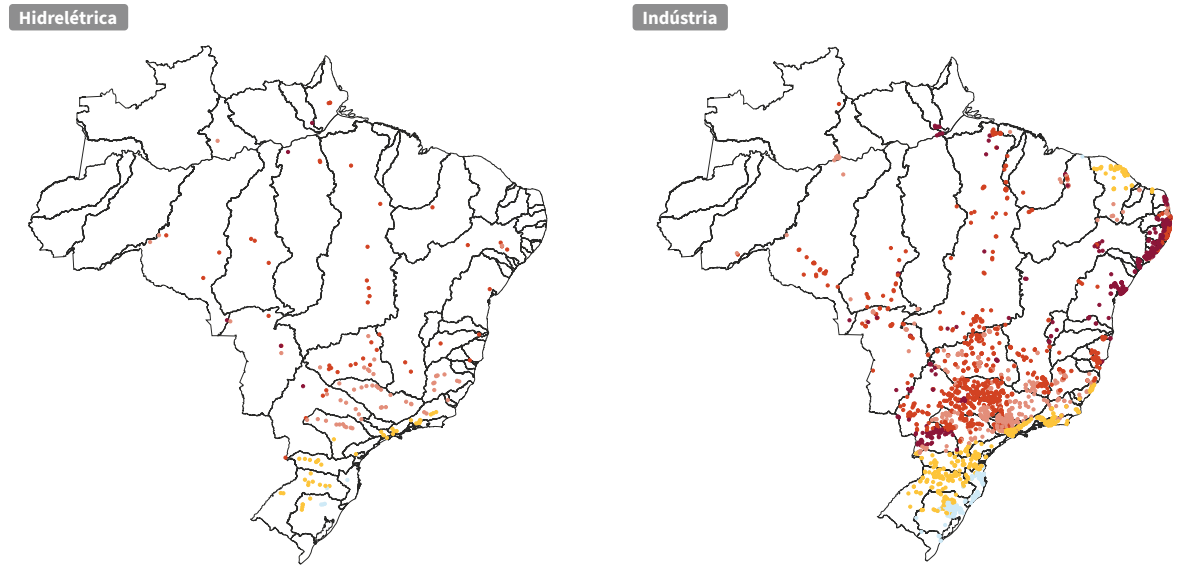


*Os pontos indicam o centróide das ottobacias (BHO 2017 5k) com retiradas para irrigação, abastecimento urbano e indústria na Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água, ou vinculadas a presença de barramentos de usinas hidrelétricas no caso da geração de energia.

Impacto Potencial da Mudança do Clima na Disponibilidade Hídrica

No horizonte 2015-2040, por setor usuário

Não impacta Cautela Alerta Crítica Emergencial



*Os pontos indicam o centróide das ottobacias (BHO 2017 5k) com retiradas para irrigação, abastecimento urbano e indústria na Base Nacional de Referência de Usos Consuntivos da Água, ou vinculadas a presença de barramentos de usinas hidrelétricas no caso da geração de energia.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#impactos-usos

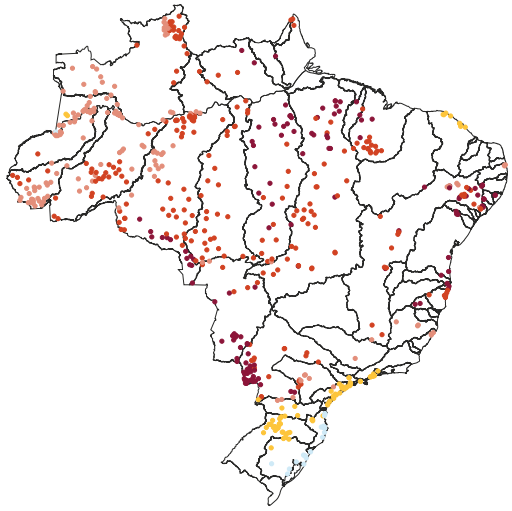
O estudo também aponta para a possibilidade de **reduções acentuadas na disponibilidade hídrica (superiores a 30%)** nas terras indígenas das etnias Guarani Kaiowá, Terena, Guarani Nhandeva e Mẽbêngôkre (Kayapó), além das regiões sob responsabilidade das Coordenações Araguaia-Tocantins e Baixo São Francisco. Também são observadas diminuições importantes, ainda que menos intensas, em outras áreas classificadas como “Alerta” ou “Cautela”. No caso dos eventos extremos de cheias, os riscos são igualmente elevados, com alta frequência de situações emergenciais registradas entre as etnias Guarani Mbya, Tikúna e Guarani Kaiowá, e nas Coordenações Regionais Campo Grande e Araguaia-Tocantins.

Impacto Potencial da Mudança do Clima em Terras indígenas

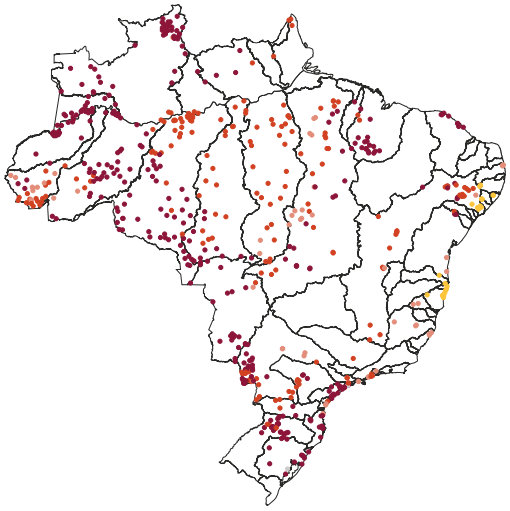
No horizonte 2015-2040, por classe de mudança do clima

Não impacta Cautela Alerta Crítica Emergencial Não Disponível

Disponibilidade Hídrica



Cheia



* Os pontos representam os centróides das terras indígenas.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#impactos-indigenas

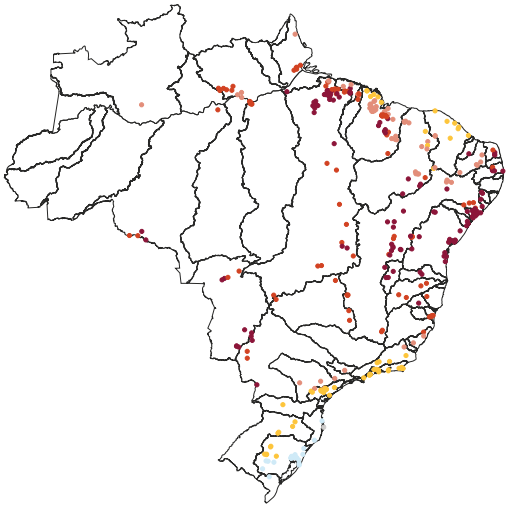
Para as comunidades quilombolas, o estudo revela um quadro de alta vulnerabilidade hídrica, com destaque para os estados da Bahia e do Pará, que concentram o maior número de comunidades em situação emergencial, com possibilidade de **acentuada diminuição na disponibilidade hídrica já no período 2015-2040**. Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais também apresentam um número expressivo de comunidades em condição Crítica ou de Alerta, indicando reduções importantes na oferta de água.

Impacto Potencial da Mudança do Clima em Áreas Quilombolas

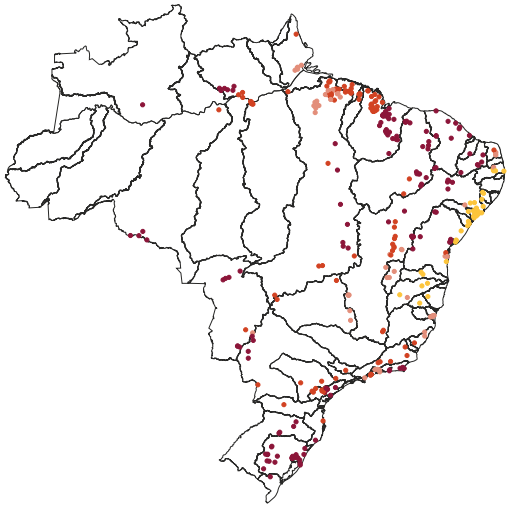
No horizonte 2015-2040, por classe de mudança do clima

Não impacta Cautela Alerta Crítica Emergencial Não Disponível

Disponibilidade Hídrica



Cheia



* Os pontos representam os centróides das áreas quilombolas.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/agua-e-clima#impactos-indigenas

6. Gestão e Governança dos Recursos Hídricos

A gestão dos recursos hídricos no Brasil vem se consolidando como um sistema descentralizado e participativo, coordenado pelo **Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**. Seus principais instrumentos — **planos de bacia, outorga, cobrança pelo uso da água e enquadramento dos corpos hídricos** — permanecem como pilares da política nacional, assegurando a articulação entre os diferentes níveis de governo e os usuários. Além dos instrumentos legais, vêm sendo incorporadas novas ferramentas de regulação e gestão, como marcos regulatórios, alocação de água e salas de acompanhamento, usadas sobretudo para monitorar as condições de operação dos sistemas hídricos. Essas iniciativas complementam o arcabouço legal e fortalecem a capacidade de adaptação e resposta à mudança climática e ao aumento da demanda por água.

Nos últimos anos, o avanço tecnológico tem ampliado a transparência e o acesso à informação, por meio de plataformas digitais como o **Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)** e o **Sistema de Avaliação e Gerenciamento do PNRH 2022-2040 (SIGA-PNRH)**, que fortalecem a governança baseada em evidências. Paralelamente, a regulação vem evoluindo para incorporar **novas agendas estratégicas**, como o **reúso de água** e os **pagamentos por serviços ambientais (PSA)**, entendidos como instrumentos para a valorização e conservação dos **serviços ecossistêmicos hídricos**, promovendo uma visão integrada entre sustentabilidade, inovação e eficiência na gestão dos recursos hídricos.

OS CBHS NO BRASIL EM NÚMEROS (2024):

10 comitês de bacias hidrográficas interestaduais

239 comitês de bacias em rios de domínio estadual

CBHS INTERESTADUAIS COM APOIO DE ENTIDADES DELEGATÁRIAS/ AGÊNCIAS DE ÁGUA:

50%

Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco, Doce e Paranaíba

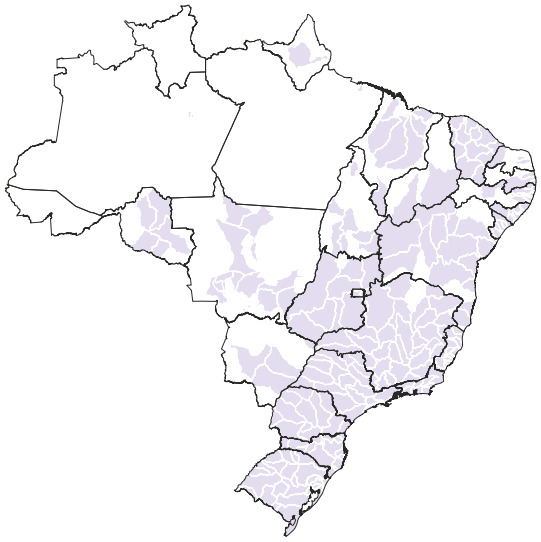
Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) são órgãos colegiados, de âmbito interestadual ou estadual, cuja função é realizar o debate e a tomada de decisões sobre questões relacionadas à gestão dos recursos hídricos.

Dentre os **239 CBHs** estaduais, apenas **30%** das bacias hidrográficas apresentam, simultaneamente, outorga e cobrança implementadas e planos de recursos hídricos aprovados. Isso ocorre nos estados do Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba e Paraná.

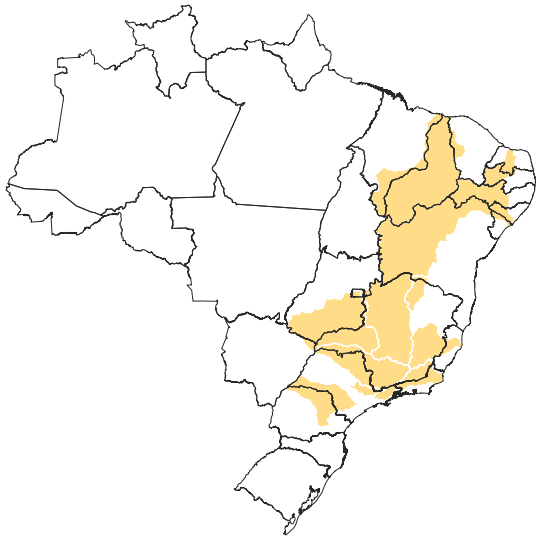
Comitês de Bacia Hidrográfica

Situação em 2024

Estaduais



Interestaduais



Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/singreh#comite

Os Planos de Recursos Hídricos são instrumentos para o planejamento e gestão das águas e são elaborados em diferentes escalas territoriais: por bacia hidrográfica, por estado e para o país.

205 planos de bacias estaduais

Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs)
26 planos elaborados

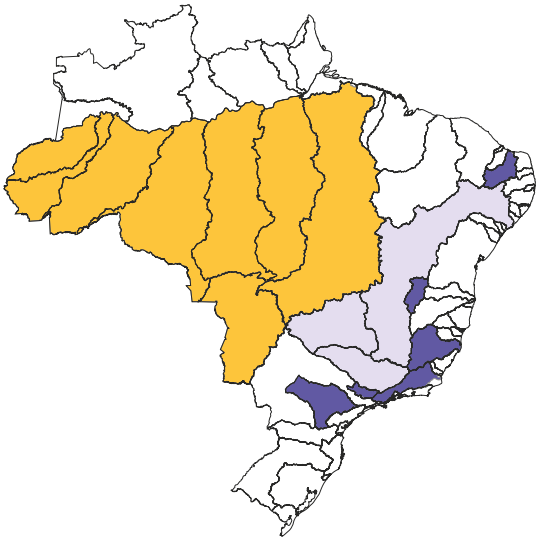
Planos de bacias interestaduais
12
7 revistos: São Francisco, Verde Grande, PCJ, Paraíba do Sul, Paranapanema, Piancó-Piranhas-Açu e Doce
2 em revisão: Grande e Paranaíba

Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

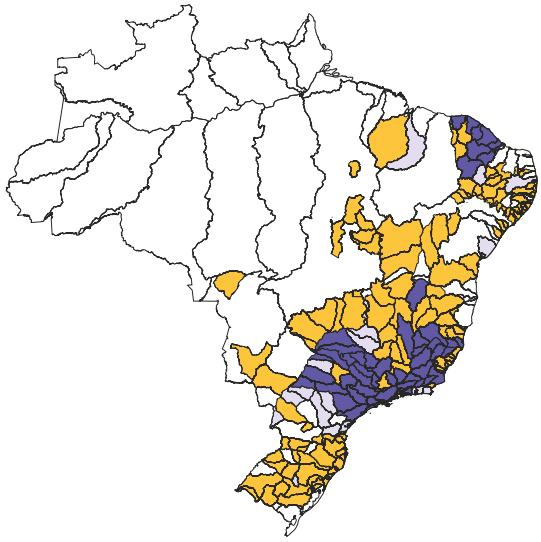
Situação em 2024

Elaborado · Em revisão · Revisado

Planos de Bacias Interestaduais



Planos de Bacias Estaduais



O **enquadramento dos corpos hídricos** em classes segundo os usos preponderantes tem como objetivos assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição, mediante ações preventivas permanentes.

Até 2024, **14 estados** tinham atos normativos que enquadravam seus corpos d'água.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi a primeira bacia interestadual a ter o enquadramento dos corpos d'água aprovado. As bacias interestaduais dos rios Paranapanema, Paraíba do Sul e São Francisco também possuem corpos d'água com enquadramento, entretanto, eles foram estabelecidos anteriormente aos normativos atuais (Resoluções CONAMA nº 357/2005 e CNRH nº 91/2008), sendo passíveis de revisão.

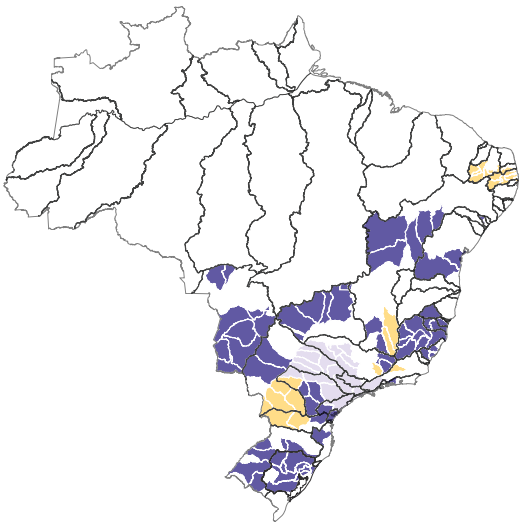
Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#pnrh

Bacias Hidrográficas com Enquadramento dos Corpos d'Água*

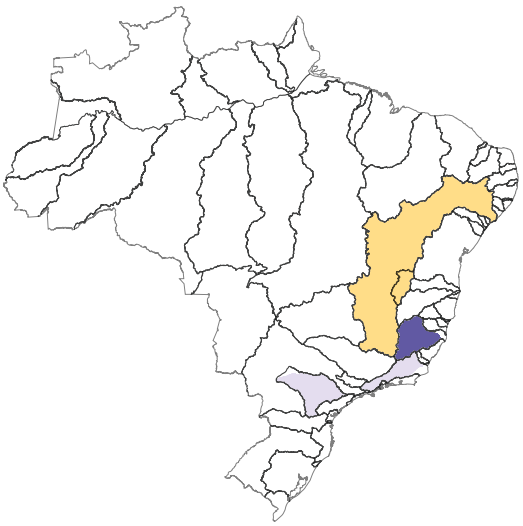
Situação em 2024

Resolução Min. Interior n° 13/1976 ● Resolução CONAMA n° 357/2005 ● Resolução CONAMA n° 20/1986

Estadual



Interestadual



*Bacias hidrográficas interestaduais e Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos estaduais que possuem enquadramento parcial ou total dos corpos d'água, realizados de acordo com o sistema de classificação vigente à época da edição dos respectivos atos normativos.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#enquadramento-corpos

A **cobrança pelo uso dos recursos hídricos** é uma retribuição pela apropriação de um bem público – a água – para fins econômicos privados, com os objetivos de reconhecer a água como um bem econômico, indicar o seu valor real, incentivar o uso racional e financiar os planos de recursos hídricos.

Embora a **cobrança pelo uso dos recursos hídricos** tenha sido implementada em algumas regiões desde 1996, ela ainda apresenta um desenvolvimento limitado em comparação a outros instrumentos, com avanços mais significativos a partir de 2023, quando **Rio Grande do Norte**, **Sergipe**, e **Goiás** começaram a arrecadar recursos. Conforme informações do final de 2024, **Distrito Federal**, **Alagoas** e **Tocantins** pretendiam iniciar arrecadações em 2025. Nos rios de domínio da União, observou-se avanço gradual e contínuo do instrumento nos últimos quatro anos.

A COBRANÇA EM NÚMEROS:

Cobrança em rios de domínio estadual:

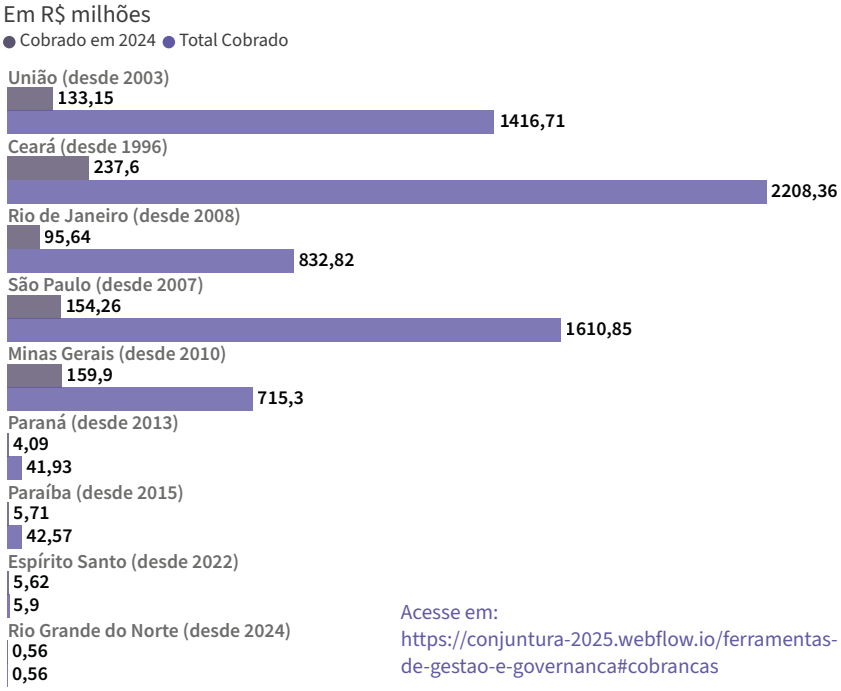
Valor total cobrado desde 1996:
R$ 5,458 bilhões

Valor cobrado em 2024:
R$ 663,4 milhões

Apesar dos avanços para ampliar e consolidar a cobrança em âmbito nacional, é preciso registrar que os desafios são diversos e extensos, demandam tempo e recursos para serem endereçados. O patamar de receitas aportadas pela cobrança atualmente no SINGREH não faz frente às necessidades, arrecadando-se milhares ou milhões de reais na bacia hidrográfica, enquanto os planos de recursos hídricos indicam orçamentos setoriais agregados à gestão de recursos hídricos na casa de bilhões.

Nesse contexto, como aponta o PNRH 2022-2040, é importante buscar fontes de recursos alternativas e complementares à cobrança pelo uso de recursos hídricos, com vistas a reduzir essa lacuna de investimento. Entre as fontes possíveis, destacam-se recursos provenientes de fundos e programas ambientais, fundos de recursos hídricos estaduais e de meio ambiente, o programa de revitalização da Eletrobrás, o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), além de parcerias internacionais.

Cobrança nos Estados e em Rios de Domínio da União



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#cobrancas

COBRANÇA EM RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO

7 bacias com cobrança implementada:

Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco, Doce, Verde Grande, Paranaíba e Grande

1 bacia em fase de implementação:

Piancó-Piranhas-Açu

2 bacias sem cobrança:
Paranapanema e Parnaíba

COBRANÇA EM RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO (2024):

usuários cobrados:
7.799

valor total da cobrança
R$ 133,2 milhões

valor arrecadado:
R$ 118,5 milhões
(89% da cobrança)

EXECUÇÃO FINANCEIRA DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA:

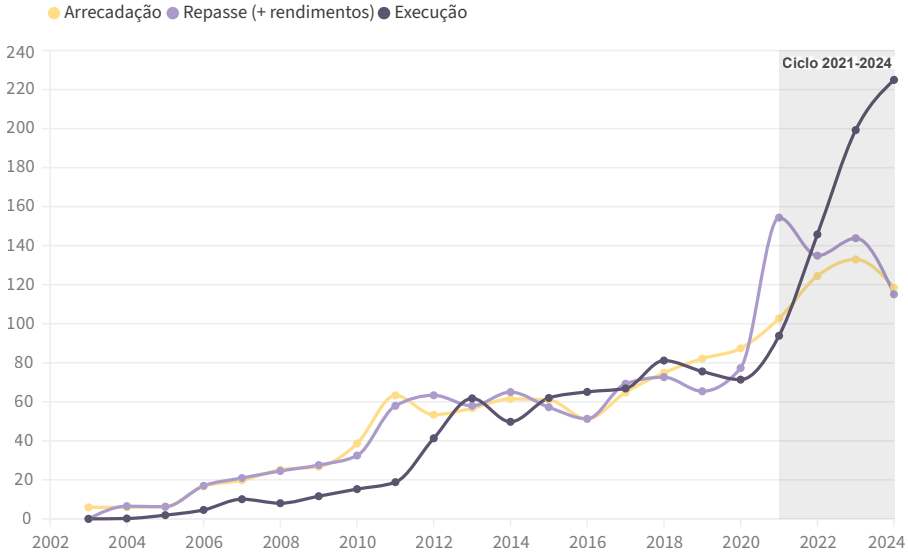
~R$ 225 milhões
executados em 2024 (164% dos recursos repassados)

69% de execução dos recursos até 2020

112%
de execução dos recursos entre 2021 e 2024.

Evolução da Arrecadação, Repasse e Execução da Cobrança

Em milhões de reais



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/singreh#ana

O **Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)** foi criado pela Resolução nº 317, de 2003, para registrar obrigatoriamente pessoas físicas e jurídicas que utilizam recursos hídricos, independente do domínio das águas. O cadastro busca mapear a demanda pela água, apoiar a fiscalização, e manter atualizado o balanço hídrico dos corpos d'água do Brasil.

O número de atos registrados (com processos de análise finalizados) no CNARH tem crescido constantemente, **passando de 172.888 interferências cadastradas em 2017 para 635.504 em 2024**, refletindo um esforço contínuo para atender a regulamentações governamentais e a demanda dos usuários. Destaca-se avanço significativo na regularização de usos em poços registrados no CNARH, com tendência de crescimento para os próximos anos.

Interferências Registradas no CNARH*

Em dez/2024

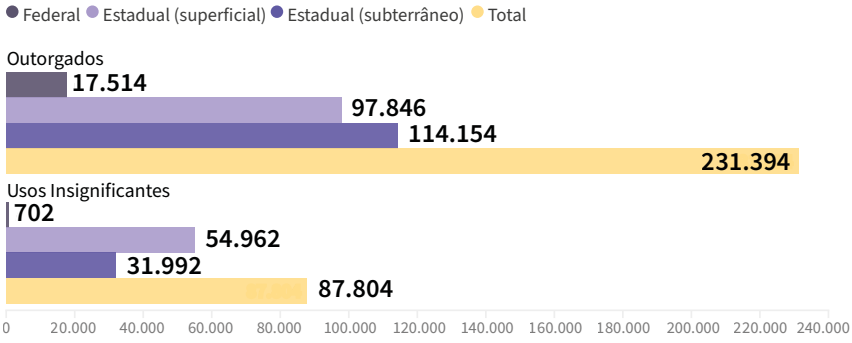


*Considera todos os registros, independentemente de regularização.

Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#cadastro-usuario

Número de Interferências regularizadas

Vigentes em dez/2024 Captações, lançamentos, barragens e usos não consuntivos



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#cadastro-usuario

O **Sistema Federal de Regulação de Usos (REGLA)** foi desenvolvido para receber solicitações de uso e gerar atos autorizativos. Em 2022, foi adaptado para incluir usuários de corpos hídricos estaduais. A integração entre os sistemas estaduais e o CNARH é uma meta estratégica para melhorar a qualidade das informações e automatizar a troca de dados nos próximos anos.

AS OUTORGAS EM NÚMEROS:

3.681
Pedidos de outorgas com análise concluída pela ANA em 2024:

2.239
outorgas de direito de uso

1.442
declarações de regularidade (usos insignificantes e interferências não sujeitas a outorga)

VAZÃO TOTAL REGULARIZADA EM 2024:

Vazão total:
482,54 m³/s

467,25 m³/s
em outorgas

90,28%
para irrigação

15,30 m³/s
em usos insignificantes

76,11%
para irrigação

LANÇAMENTOS DE EFLUENTES COM OUTORGAS VIGENTES

Vazão total:
106,06 m³/s

24,13 m³/s
outorgados somente em 2024

Indústria:
47,93 m³/s

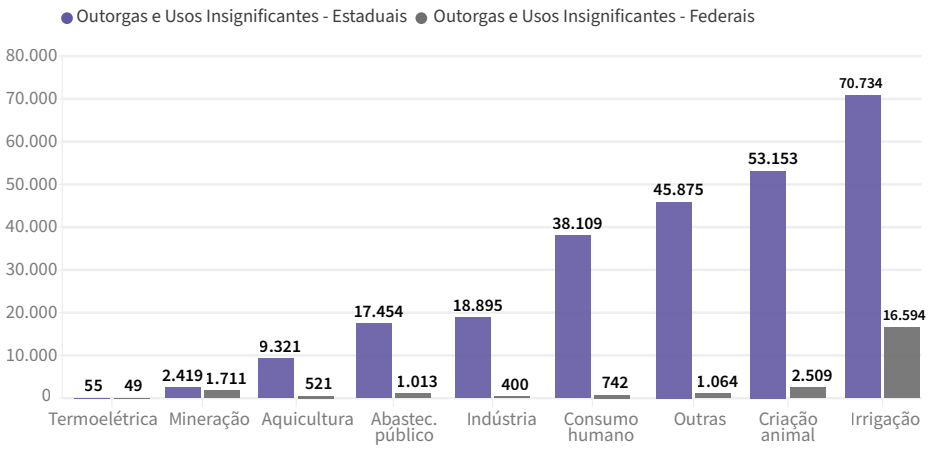
Esgotamento sanitário:
32,80 m³/s

Termelétricas
13,42 m³/s

A **outorga de direito de uso dos recursos hídricos** busca garantir a sustentabilidade hídrica na bacia hidrográfica e o acesso à água de maneira racional e equânime aos interessados. Há outros tipos de outorgas como: a **preventiva**, que visa a reservar água para o planejamento de um empreendimento; a **declaração de regularidade de usos que independem de outorga**, os chamados usos insignificantes; e a **outorga para lançamento de efluentes**. Além da emissão de outorgas diretamente, a ANA pode delegar a competência para emissão de outorga de recursos hídricos de domínio da União aos estados e ao Distrito Federal, desde que atendidas as condições previstas.

Captações de Recursos Hídricos Regularizadas

Vigentes em 2024, segundo domínio e tipo de uso



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#regulacao-outorga

AS DRDHS EM NÚMEROS:

Potência dos empreendimentos analisados (DRDH e outorgas):

2021: **12.750 MW**

2024: **68.994 MW**

Fatores de crescimento: novas outorgas, alterações e renovações de outorgas de aproveitamentos hidrelétricos existentes.

Com o aumento do número de outorgas emitidas e a correspondente vazão outorgada, um número crescente de trechos de rio ou bacias atinge o limite de vazão outorgável, impedindo o atendimento de novos pedidos e configurando potencial conflito. Em rios federais como o Rio Preto (MG/GO/DF), o Alto Paranaíba (MG), o Rio Urucuia (GO/MG) e outros, o comprometimento da vazão outorgável já atinge 100%. Nestes casos, a ANA identifica outorgas inativas e promove o processo de revogação, liberando a disponibilidade hídrica alocada e permitindo o atendimento de novos pedidos.

- Em 2024, foram revogadas, integral ou parcialmente, **15 outorgas** de direito de uso de recursos hídricos por inatividade, que contemplam uma área irrigada de **736 hectares**, permitindo atender novas outorgas solicitadas na mesma magnitude.

A **Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)** é uma outorga preventiva destinada a garantir a água necessária para aproveitamentos hidrelétricos e construção de dispositivos de transposição hidroviária. Embora não conceda direito de uso, a DRDH assegura a disponibilidade hídrica para o empreendimento.

A **alocação de água** é a estratégia de gestão empregada para disciplinar os usos em territórios denominados **Sistemas Hídricos Locais (SHLs)**, que são afetados frequentemente por estiagens intensas, com emergência ou forte potencial de conflito. Uma vez que o processo de alocação de água ganha maturidade, se elaboram **marcos regulatórios** do uso da água no SHL, de forma a definir limites perenes e balizas para o processo de alocação.

OUTORGAS DE DIREITO DE USO PARA HIDRELÉTRICAS EM 2024:

11 DRDH emitidas para PCHs em 2024:

Potência instalada total:
9.176,4 MW

19 outorgas emitidas para hidrelétricas em 2024:

Potência instalada total:
21.557 MW
12 UHEs, 1 PCH 6 CGHs

A ALOCAÇÃO DE ÁGUA EM NÚMEROS (DE 2021 A 2024):

TERMOS DE ALOCAÇÃO

145 elaborados

9 marcos regulatórios em Sistemas Hídricos Locais publicados

1 novo marco regulatório emitido para o Açude Epitácio Pessoa (PB)

1.740 boletins de acompanhamento elaborados e publicados.

SOMENTE EM 2024:

28 termos de alocação

300 boletins de acompanhamento

Recentemente, novas abordagens vêm sendo propostas para lidar com situações de esgotamento da disponibilidade hídrica normativa, como a **Outorga com Gestão de Garantia e Prioridade (OGP)**, estabelecida na Bacia do Rio Bezerra (GO/MG) e na Bacia do Rio Javaés (TO/GO), e a **Outorga com Gestão Compartilhada (OGC)**, implementada no Sistema Hídrico Médio Pardo. A OGP não está vinculada a vazões de referência estatísticas e se adapta à disponibilidade hídrica real, enquanto a OGC permite a realocação de água em casos em que há ociosidade na demanda.

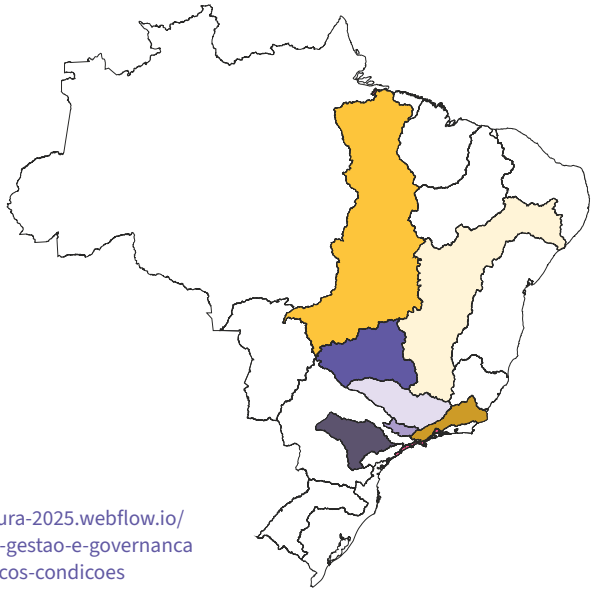
O armazenamento estratégico de água por meio de **reservatórios artificiais constitui uma das principais medidas estruturantes para a promoção da segurança hídrica no Brasil**. Diante da variabilidade temporal das precipitações e dos recorrentes eventos críticos, como cheias e estiagens prolongadas, a operação adequada dessas infraestruturas torna-se fundamental para garantir a regularização da oferta hídrica ao longo do tempo, especialmente em regiões com balanço hídrico desfavorável.

A ANA define e fiscaliza as condições de operação de reservatórios (incluindo os do SIN, que compreendem 68% da capacidade de armazenamento), estratégia que tem se mostrado eficaz para aumentar a resiliência contra impactos da mudança do clima.

Os Sistemas Hídricos com condições de operação definidas pela ANA são: Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, Sistema Cantareira, Sistema Hídrico do Rio São Francisco, Sistema Hídrico do Rio Tocantins, Sistema Hídrico do Rio Paranapanema, Sistema Hídrico do Rio Grande e Sistema Hídrico do Rio Paranaíba. Todos os sistemas hídricos que envolvem reservatórios do SIN possuem **Salas de Acompanhamento** instaladas.

Condições de Operação de Reservatórios e Sistemas Hídricos

LEGENDA E DADOS



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#sistemas-hidricos-condicoes

O **Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH)** é emitido pela ANA com o objetivo de garantir que obras de infraestrutura hídrica, destinadas à reservação ou adução de água bruta e financiadas no todo ou em parte com recursos da União, atendam a critérios de sustentabilidade. Desde 2000, foram emitidos **81 Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOHs)**, sendo **64%** nas Regiões do Atlântico Nordeste Oriental e do São Francisco, que englobam áreas do Semiárido.

Na regulação de serviços hídricos, destaca-se a recente concessão do primeiro **Projeto Público de Irrigação**. A concessão, por meio de leilão, foi realizada em 2022, com efetivo início de operação em 2024, das etapas 3 a 9 do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê, localizado na Bahia e considerado o maior projeto de irrigação da América Latina.

Sistema Hidráulico Paraíba do Sul
Resolução ANA/DAEE/IGAM/INEA: 1.382/2015
Reservatórios: Paraibuna, Jaguari, Santa Branca e Funil
Volume útil total : 4.342 hm^3
UF(s): RJ, SP e MG
Área de drenagem: 55.500 km^2

Sistema Hídrico do Tocantins
Resolução ANA: 70/2021
Reservatórios: Serra da Mesa e Tucuruí
Volume útil total : 86.085 hm^3
UF(s): GO, DF, MT, TO, PA, MA
Área de drenagem: 920.000 km^2

Sistema Hídrico do São Francisco
Resolução ANA: 2.081/2017
Reservatórios: Três Marias, Sobradinho e Itaparica
Volume útil total : 47.496hm^3
UF(s): MG, DF, GO, BA, PE, AL e SE
Área de drenagem: 634.010 km^2

Sistema Hídrico do Grande
Resolução ANA: 193/2024
Reservatórios: Camargos, Furnas, Mascarenhas de Moraes, Água Vermelha e Caconde
Volume útil total : 31.322 hm^3
UF(s): MG e SP
Área de drenagem: 143.255 km^2

Sistema Cantareira
Resolução ANA/DAEE: 925/2017
Reservatórios: Jaguari/Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro
Volume útil total : 981,56hm^3
UF(s): MG e SP
Área de drenagem: 2.278 km^2

Sistema Hídrico do Paranaíba
Resolução ANA: 194/2024
Reservatórios: Theodomiro Carneiro Santiago (Emborcação), Itumbiara e São Simão
Volume útil total : 31.050hm^3
UF(s): GO, DF, MS e MG
Área de drenagem: 222.600 km^2

Sistema Hídrico do Paranapanema
Resolução ANA: 132/2022
Reservatórios: Jurumirim, Chavantes e Capivara
Volume útil total : 13.707hm^3
UF(s): SP e PR
Área de drenagem: 106.500 km^2

O PISF EM NÚMEROS:

CAPACIDADE FINAL DO PISF:

127 m³/s
Bombeamento total

Eixo Norte:
99 m³/s

Eixo Leste:
28 m³/s

ENERGIA:

Potência instalada:
293,5 MW

Consumo anual máximo:
2.519 GWh/ano

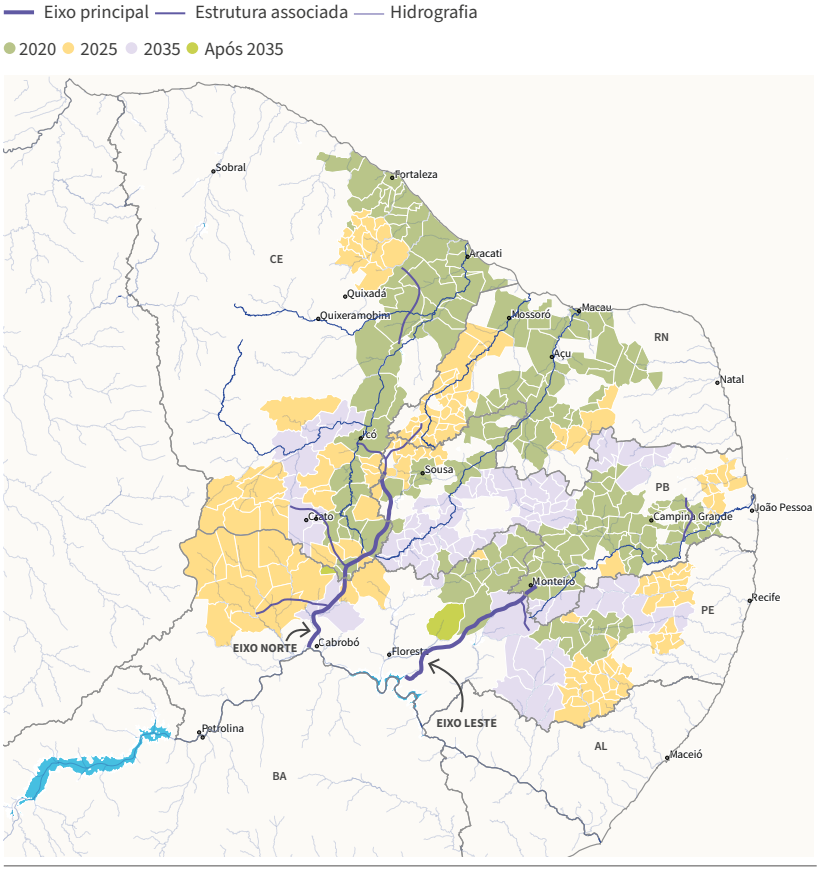
OPERAÇÃO DO PISF EM 2024:

Volume captado nos dois eixos:
358 hm³

O **Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF)** é a maior obra estruturante para a segurança hídrica no país. É um empreendimento de natureza estratégica e relevância regional para a garantia do abastecimento de água para parcela significativa da população dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, além do potencial aproveitamento para a produção agropecuária e industrial.

Municípios Beneficiados pelo PISF

Considerando eixos principais e estruturas associadas



Fonte: ANA/MIDR
Lista de municípios beneficiados pelo PISF (MIDR) Sumário Executivo PISF - Julho/2025 (MIDR)

Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#regulacao-servicos

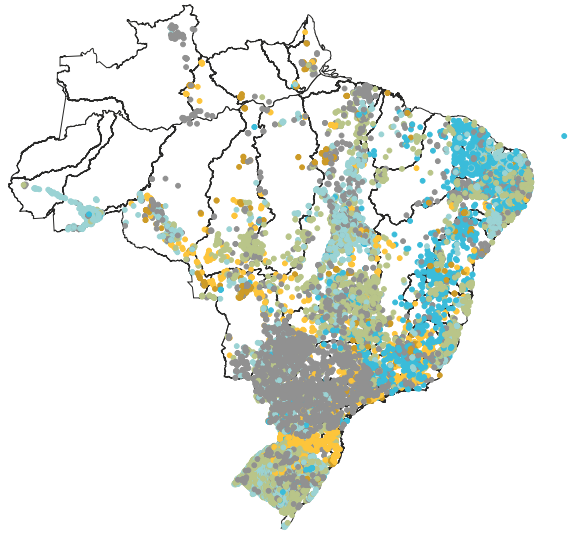
O **Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB)** é o instrumento da Política (Lei 12.334/2010) destinado ao cadastro e registro informatizado das condições de segurança de barragens em todo o território nacional. O **Relatório de Segurança (RSB)** consolida os dados do SNISB e das informações encaminhadas pelos órgãos fiscalizadores, disponibilizando o panorama nacional da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

A PNSB atribuiu à ANA a responsabilidade pela fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para as quais emitiu a outorga, com exceção daquelas utilizadas para a geração de energia elétrica.

Distribuição Geográfica das Barragens Cadastradas no SNISB

Em 2024, por uso principal

Abastecimento Humano · Dessedentação Animal · Hidrelétrica · irrigação · Mineração e Resíduo Industrial · Outros



Relatório de Segurança de Barragens 2024-2025

Acesse em: https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#seguranca-barragens

BARRAGENS SOB RESPONSABILIDADE DA ANA (ENQUADRADAS NA PNSB):

143
barragens

78%
localizadas no Nordeste

100%
classificadas quanto a nível de perigo global, categoria de risco, dano potencial associado

100%
fiscalizadas e monitoradas regularmente, com vistorias em campo e análise documental

FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS (2021–2024):

181
vistorias realizadas

407
notificações emitidas

A FISCALIZAÇÃO EM NÚMEROS:

ENVIO DA DECLARAÇÃO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (DURH) ANUAL:

2020: **64,5%** dos usuários obrigados

2024: **71,7%** dos usuários obrigados (efeito da Resolução ANA nº 188/2024)

CAMPANHAS DE CAMPO REALIZADAS PELA ANA (2021–2024):

56 campanhas

~225 empreendimentos acompanhados por ano

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CAMPANHAS:

57% no Semiárido

- Bacias: São Francisco, Pardo, Verde Grande e Piranhas;
- Foco em sistemas hídricos com déficit ou conflito pelo uso da água.

PRINCIPAIS INFRAÇÕES DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (ÚLTIMOS 2 ANOS):

58%
não envio de dados de automonitoramento ou envio em desacordo com a outorga

24,5%
uso de recursos hídricos sem outorga

16,5%
descumprimento das condições da outorga

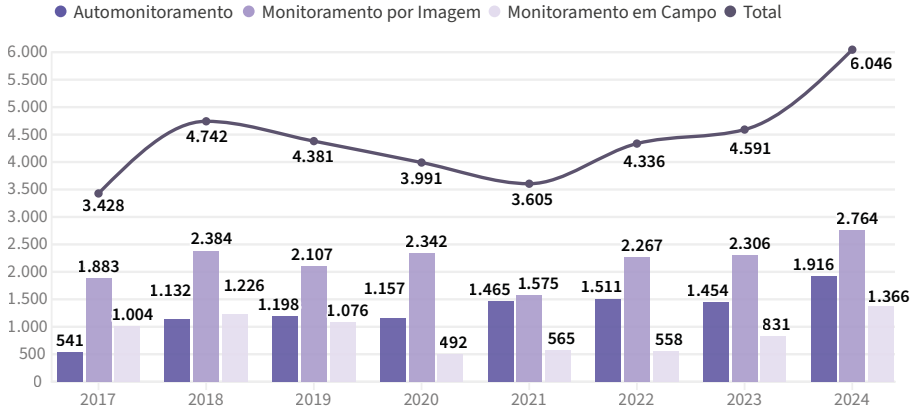
COBERTURA DO AUTOMONITORAMENTO:

~80%
da vazão máxima autorizada para captação e lançamento

A **fiscalização do uso dos recursos hídricos** tem como objetivo assegurar o cumprimento de termos e condições previstos na outorga ou em regulamentos relativos ao uso dos recursos hídricos, bem como identificar usuários irregulares e induzir a sua regularização. A Resolução ANA nº 231/2024 atualizou os procedimentos de fiscalização e incluiu a prestação de serviços públicos de irrigação. Outra atualização importante é a Resolução ANA nº 188/2024, que estabelece o **automonitoramento** em corpos de domínio da União, obrigando os usuários a monitorarem e declararem o volume de água utilizado.

A implementação do monitoramento remoto de usuários, seja por meio do automonitoramento ou da utilização de imagens de satélite, promoveu mudanças significativas nas atividades de monitoramento e fiscalização realizadas pela ANA. O uso de **tecnologias digitais**, aliado à participação ativa dos usuários de recursos hídricos, tem ampliado a eficiência e o alcance das ações fiscalizatórias.

Quantidade de Empreendimentos Monitorados



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/ferramentas-de-gestao-e-governanca#acoes-fiscalizacao

O **SNIRH** é o instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos destinado a coletar, armazenar e recuperar informações sobre os recursos hídricos e fatores relacionados à sua gestão. A ANA é responsável pela coordenação do SNIRH, organizando e assegurando a integração de dados de diferentes entidades.

A principal base de dados do SNIRH é a **Base Hidrográfica Ottocodificada (BHO)**, que representa toda a hidrografia do país e suas bacias. Desde 2004, a ANA atualiza essa base, integrando dados de diferentes escalas. A versão mais recente, **BHO6**, traz alta resolução e consistência topológica, além de integrar dados para uma melhor representação hidrológica em sistemas de informações geográficas.

A Lei nº 11.445/2007 define o **saneamento básico** por meio de quatro componentes: **abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**, e **drenagem das águas pluviais urbanas**. Esta legislação estabelece diretrizes nacionais com foco na universalização do acesso aos serviços.

Existem atualmente mais de **100 entidades reguladoras no Brasil**, atuando em diferentes contextos e atividades. Visando organizar e conferir eficiência à regulação do setor, a ANA foi encarregada de editar normas de referência que orientam a atuação de titulares e entidades reguladoras.

De 2021 a 2024, foram publicadas 11 normas de referência: **8** sobre os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, **2** relativas ao serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e **1** sobre governança das Entidades Reguladoras Infranacionais.

O SNIRH EM NÚMEROS

ACESSOS

2,5 milhões
de visitas

830.000
acessos únicos

277 milhões
de páginas visitadas

O PROGESTÃO EM NÚMEROS (2013–2024):

~R$ 225,7 milhões
transferidos pela ANA

R$ 187 milhões
71% do total acumulado
efetivamente aplicados

R$ 370 milhões
de recursos alocados pelos estados em contrapartida, entre 2018 e 2024

O PRODUTOR DE ÁGUA EM NÚMEROS:

76 iniciativas em execução

16 Unidades Federativas

55 bacias hidrográficas

> 500 instituições parceiras envolvidas

INVESTIMENTOS REALIZADOS:

R$ 144 milhões
investidos pela ANA e parceiros

27 milhões
de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente

R$ 24,2 milhões
destinados ao Pagamento por Serviços Ambientais PSA

1.283
produtores rurais beneficiados pelo PSA

7. Ações para Gestão e Governança

A ANA vem buscando de forma permanente e estruturada fortalecer o SINGREH, promovendo a articulação com os órgãos gestores de recursos hídricos dos estados (OGERHs) por meio, principalmente, do **Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão)**, que se baseia no pagamento por resultados associados ao cumprimento de metas, de âmbito federal e estadual, previamente pactuadas. **Desde 2016, o programa conta com a adesão de todas as Unidades da Federação (UFs)**.

Em 2024, devido às restrições orçamentárias enfrentadas pela ANA, não foi possível assinar os contratos para o 3º ciclo do programa com 5 UFs (Ceará, Minas Gerais, Pará, Roraima e Santa Catarina). **O maior desafio para o apoio aos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos será assegurar orçamento para o Progestão nos próximos anos**.

Lançado em 2023, o **Pacto pela Governança da Água**, visa a fortalecer a relação institucional entre a ANA e as 27 UFs, estabelecendo um compromisso político que envolve 594 ações, distribuídas em: **521 de gestão de recursos hídricos, 46 de saneamento e 27 de segurança de barragens**.

O **Programa Produtor de Água** promove a segurança hídrica por meio da **infraestrutura verde** e de **Soluções Baseadas na Natureza (SbN)**, entendidas como intervenções planejadas para conservar e restaurar ecossistemas, de forma complementar à infraestrutura cinza. A iniciativa incentiva práticas de conservação de água e solo em escala de bacia hidrográfica, como a recomposição de matas ciliares e o manejo sustentável do uso do solo, contribuindo para a melhoria da qualidade e da quantidade de água, a redução de riscos de secas e cheias e a adapta-

O PRODES EM NÚMEROS - DESDE 2001:

~61%
dos empreendimentos com processo de certificação concluído

ção à mudança do clima. Implementado desde 2001 pela ANA, o programa utiliza o **Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)** para remunerar produtores rurais em projetos que conciliam produção e conservação.

Números do *PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA*

22.828,17 ha
Conservação da vegetação nativa

Áreas Trabalhadas
804.782,76 ha



4.180,61 ha
Recuperação da vegetação nativa



11.248
Propriedades rurais beneficiadas



710,80 km
Adequação de estrada rural



8.137
Bacias de infiltração (barraginhas)



8.353,39 ha
Aceiros



2.679
Projeto Individual de Propriedade (PIP)



1.027 un
Fossas



3.049,33 km
Terraceamento

O **PRODES**, instituído em 2001 pela ANA, visa a estimular a implantação e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), utilizando um modelo de pagamento por desempenho. O programa exige que os pagamentos sejam realizados apenas após a certificação do atingimento das metas de tratamento.

O PRODES EM NÚMEROS - DESDE 2001:

82 ETEs contratadas
63 municípios
8 Unidades da Federação

PAGAMENTOS E INVESTIMENTOS:

R$ 438,26 milhões
pagos a 59 ETEs certificadas

~R$ 1,66 bilhão
investidos pelos prestadores na implantação e operação

RESULTADOS OPERACIONAIS ACUMULADOS:

> 266 mil toneladas
de DBO removidas

EFICIÊNCIA MÉDIA:

DBO:
89,90%
SST:
86,47%

A CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS:

DE 2021 A 2024:

500
ações de capacitação realizadas pela ANA, isoladamente ou em parceria

117.130
pessoas capacitadas

87.071
no tema recursos hídricos (74% do total)

FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO – PROFÁGUA:

1.325
vagas oferecidas nos últimos 4 anos

- Programa consolidado como política pública estruturante nacional

PROGRAMA PRÓ-RECURSOS HÍDRICOS (2023):

116
mestres e doutores formados na área de recursos hídricos

O material produzido pela ANA sobre o monitoramento do ODS 6 está disponível na página: https://www.gov.br/ana/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/ods6

O Brasil mantém **cooperação internacional ativa na gestão de recursos hídricos**, especialmente com países vizinhos, por meio de projetos voltados ao monitoramento hidrológico, à gestão integrada de bacias transfronteiriças, à capacitação técnica e ao intercâmbio de dados. Destacam-se as **iniciativas na Bacia Amazônica**, no âmbito da OTCA, com avanços recentes no monitoramento de eventos críticos, bem como os esforços conjuntos para a gestão sustentável do **Sistema Aquífero Guarani e da Bacia do Alto Paraguai**. Essas cooperações reforçam a governança regional da água e a capacidade de resposta a riscos hidrológicos compartilhados.

Ações de Educação e Capacitação de servidores públicos, membros de Conselhos de Recursos Hídricos, Comitês e entidades de bacia e da sociedade em geral são desenvolvidas pela ANA com vistas ao fortalecimento dos entes do SINGREH, do setor de regulação do saneamento básico e das instituições responsáveis pela segurança de barragens.

Os relatórios anuais de **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil** e as informações do SNIRH subsidiam o cálculo e o monitoramento dos indicadores do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6)**, que estabelece o compromisso global de garantir o acesso universal e sustentável à água e ao saneamento até 2030. Dos 11 indicadores globais do ODS 6, a **ANA é responsável pelo monitoramento de sete**, em articulação com instituições como o IBGE, o Ministério da Saúde e o Serviço Geológico do Brasil. Os resultados mais recentes estão sistematizados na **3ª edição do Relatório "ODS 6 no Brasil: Visão da ANA sobre os Indicadores"** e no **"Encarte Especial sobre Desigualdades no Acesso ao Saneamento e às Instalações de Higiene"**, lançados em dezembro de 2025, juntamente com o painel de monitoramento dos indicadores.

Síntese dos resultados mais recentes dos Indicadores ODS 6

6.1.1 Proporção da população que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura

98,1%

6.2.1a Proporção da população que utiliza os serviços de esgotamento sanitário geridos de forma segura

59,9%

6.2.1b Proporção da população com instalações para lavar as mãos com água e sabão

97,8%

6.3.1 Proporção de águas residenciais tratadas de forma segura

57,6%

6.3.2 Proporção de corpos hídricos com boa qualidade da água

73,6%

6.4.1 Alterações na eficiência do uso da água

80,75 R$/m³

24,2 US$/m³

6.4.2 Nível de stress hídrico: proporção entre a retirada de água doce e o total de recursos de água doce disponíveis no país

2,4%

6.5.1 Grau de Implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)

51,2%

6.5.2 Proporção de bacias hidrográficas e aquíferos transfronteiriços abrangidos por um acordo operacional de cooperação em matéria de recursos hídricos

55,8%

6.6.1 Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados à água ao longo do tempo

SUBINDICADOR:

Dinâmica dos corpos hídricos permanentes **-1,1% (-719,0 km²)**	Dinâmica dos corpos hídricos sazonais **+5,1% (+2.1047 km²)**	Dinâmica dos reservatórios **-1,6% (-404,5 km²)**
Qualidade da água de lagos **17 lagos afetados (estado trófico) de um total de 130 (–13,1%)** **e 29 lagos afetados (turbidez) de um total de 129 (–22,5%)**		Dinâmica dos manguezais **-0,5% (-59,8 km²)**

6.a.1
Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa

152,8 milhões de US$

6.b.1 Participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

5 de 6
subsetores com procedimentos definidos

0 de 6
subsetores com alto nível de participação

8. Segurança Hídrica



A segurança hídrica refere-se à capacidade de garantir água em quantidade e qualidade adequadas para o abastecimento humano, as atividades econômicas e a manutenção dos ecossistemas, com níveis aceitáveis de risco frente a secas e cheias. Nesse contexto, o **Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH)**, lançado em 2019, identificou os principais fatores de insegurança no país e definiu intervenções estruturantes para ampliar a oferta de água e reduzir a vulnerabilidade a eventos críticos. O Plano recomenda **166 intervenções**, com investimento estimado em R$ 26,9 bilhões, e introduziu o **Índice de Segurança Hídrica (ISH)** como instrumento de priorização. Em 2024, a adaptação do índice para a escala municipal **(ISH-U)** evidenciou maior concentração de municípios com níveis críticos de segurança hídrica na Região Nordeste e no extremo sul do Brasil.

DIMENSÃO HUMANA:

cerca de
22%
dos municípios apresentam níveis baixo e mínimo de ISH, com maior concentração no Nordeste

DIMENSÃO ECONÔMICA:

cerca de
32%
dos municípios registram ISH mínimo ou baixo, sobretudo no Nordeste e no sul do Rio Grande do Sul

DIMENSÃO ECOSSISTÊMICA:

cerca de
27%
dos municípios estão no nível mínimo, em grande parte associados à poluição por esgoto doméstico não tratado, indicando a relevância de Investimentos em saneamento

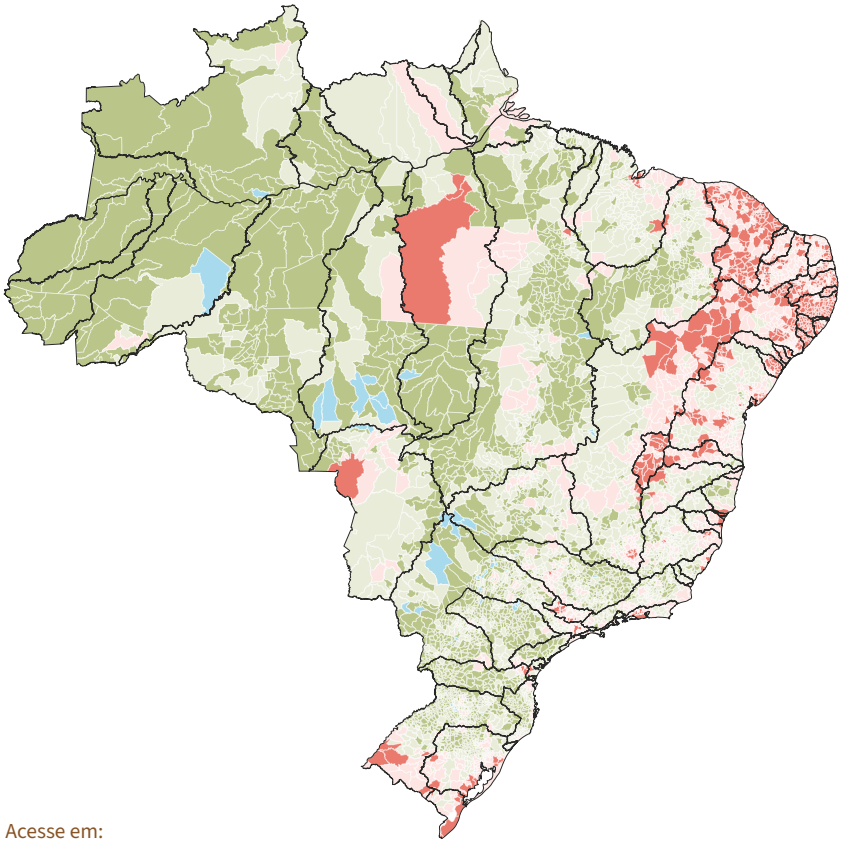
DIMENSÃO DE RESILIÊNCIA:

cerca de
58%
dos municípios apresenta grau baixo ou mínimo, com destaque para o Nordeste, em função da alta variabilidade pluviométrica e da limitada capacidade de armazenamento

Índice de Segurança Hídrica – ISH

Por município

Mínimo Baixo Médio Alto Máximo



Acesse em:
https://conjuntura-2025.webflow.io/seguranca-hidrica#ish

9. AVANÇOS E DESAFIOS

O período de 2021 a 2024 foi marcado por avanços significativos e por desafios estruturais que moldaram o cenário atual da gestão dos recursos hídricos no Brasil. A intensificação e maior abrangência dos eventos hidrológicos extremos, associadas ao aumento da demanda pelo uso da água e às pressões sobre sua qualidade, evidenciam os efeitos da mudança climática e reforçam a necessidade de preparação, planejamento e adoção de soluções inovadoras para a garantia da segurança hídrica.

Entre os avanços para fazer frente a esses desafios, destacam-se o aprimoramento do monitoramento da quantidade e da qualidade da água e das ações de fiscalização, com a incorporação de tecnologias de sensoriamento remoto e transmissão de dados em tempo real, o fortalecimento do SNIRH e sua crescente integração com outras bases de dados, novas abordagens e ferramentas para a outorga, alocação e gestão do uso da água. Também se observa a consolidação de iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança e das capacidades institucionais dos diversos atores do sistema.

Persistem, entretanto, desafios relacionados à efetiva implementação e integração dos instrumentos de gestão. Embora a outorga e os planos de recursos hídricos estejam amplamente disseminados, ainda demandam aperfeiçoamentos para responder de forma mais eficaz à escassez hídrica e à intensificação dos usos. A cobrança pelo uso da água e o enquadramento dos corpos hídricos apresentam implementação desigual entre as regiões, o que limita a efetividade da gestão integrada e a priorização de ações e investimentos.

O enfrentamento dos riscos associados à mudança do clima exige maior articulação entre as políticas de recursos hídricos, clima, uso do solo e energia, de modo a ampliar a capacidade de adaptação e resposta a emergências hídricas. O futuro da gestão da água no Brasil demandará o fortalecimento da governança descentralizada, a modernização do planejamento, a ampliação da infraestrutura hídrica, a conservação dos ecossistemas aquáticos e a adoção de soluções baseadas na natureza, com foco na redução de vulnerabilidades, na promoção da resiliência e na gestão de riscos.

Nesse processo, o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), incluindo a garantia da sua sustentabilidade financeira, o investimento em capacitação técnica e tecnológica e o uso estratégico de dados e informações qualificadas serão fundamentais. A atuação articulada entre setores e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 6, são essenciais para assegurar a água como direito, bem comum e elemento estruturante do desenvolvimento sustentável no Brasil.

O PNRH 2022–2040 aponta um caminho ambicioso e necessário. Cabe às instituições públicas, aos usuários, à sociedade civil e aos gestores locais, regionais e nacionais transformá-lo em realidade. A transição para uma gestão integrada e resiliente da água é uma oportunidade para fortalecer a democracia, a justiça social e a sustentabilidade ambiental no Brasil. O Conjuntura 2025, ao reunir dados, análises e reflexões, busca contribuir para essa construção coletiva.

ACESSE O SITE

A água conecta pessoas, territórios e gerações. Ela atravessa paisagens, sustenta ecossistemas e estrutura o desenvolvimento do país. Compreender sua dinâmica, seus limites e suas potencialidades é um passo essencial para construir escolhas coletivas mais justas, resilientes e sustentáveis.

A gestão da água no Brasil envolve múltiplas escalas, atores e desafios que se intensificam diante da mudança climática, das desigualdades regionais e da crescente pressão sobre os recursos naturais. Reconhecer e ter clareza sobre esse contexto é fundamental para orientar políticas públicas, fortalecer a governança e promover decisões baseadas em evidências.

O Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2025 – Relatório Pleno sintetiza evidências, tendências e desafios que orientam a gestão da água em escala nacional, traduzindo informações técnicas em subsídios claros para a tomada de decisão.

Mais do que um retrato do momento atual, esta Síntese convida à ação coordenada entre governos, usuários e sociedade. Ao reunir conhecimento, monitoramento e visão de futuro, o Conjuntura reafirma seu papel como instrumento público de referência. Cuidar da água é cuidar do país, hoje e nas próximas gerações.

Este Relatório Síntese reúne as principais informações e análises sobre os recursos hídricos no Brasil, com foco especial no período de 2021 a 2024. Acesse as informações completas e interativas em conjuntura2025.ana.gov.br.

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Cooperação

unesco

ABC AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES